

2026

EMERGÊNCIAS EM MUSEUS

proteção e salvamento de acervos



Emergência em Museus

proteção e salvamento de acervos

Doris Couto (org.)



Porto Alegre, 2026.

— Emergência em Museus —

proteção e salvamento de acervos

Organização

Doris Couto

Autores:

Aline Escandil

Andréa Bachettini

Débora Castilhos Pereira

Doris Couto

Eduardo Hahn

Jeniffer Cuty

Lucas George Wendt

Silvana Bojanoski

Stheve Balbinotti

Vanessa Barrozo Teixeira Aquino

Vivienne Stephanou

Galeria de Imagens

Carolina Leipnitz

Doris Couto

Solange Brum

Expediente

Governador

Eduardo Leite

Secretário de Estado da Cultura

André Kryszczun

Diretor de Memória e Patrimônio

Eduardo Hahn

Coordenadora SEM/RS

Giovanna Silveira Santos

Autores(as)

Aline Escandil

Andréa Bachetini

Doris Couto

Débora Castilhos Pereira

Eduardo Hahn

Jeniffer Cuty

Lucas George Wendt

Silvana Bojanoski

Stheve Balbinotti

Vanessa Barrozo Teixeira Aquino

Vivienne Stephanou

Prefácio

Diego Vaz Beviláqua

Apresentação

Eduardo Hahn

Giovanna Silveira Santos

Galeria de fotos

Carolina Leipnitz/Doris Couto

Diagramação

Camilla A. Perotto

Dorian Canello Padilha

Doris Couto

Matheus Neves

Revisão

Angelita Silva

Alice Campestrini

Guilherme Maffei Brandalise

Estevão dos Santos Cogoy

Edição

Instituto Estadual do Livro

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Jackeline Machado. CRB-5/1482

C871e Couto, Doris.

Emergências em museus : proteção e salvamento de acervos
[recurso eletrônico] / Organização de Doris Couto; autores Aline
Escandil et al. – Porto Alegre: Secretaria de Estado da Cultura do Rio
Grande do Sul, Sistema Estadual de Museus/RS, Instituto Estadual do
Livro, 2026.

1 recurso online (e-book) : 149 p. : il. color.
ISBN 978-65-89863-36-6
Inclui referências.

Contém galeria de imagens do Vale do Taquari, fotografias de
Carolina Leipnitz.

1. Museus – Conservação e restauração. 2. Acervos museológicos
– Proteção. 3. Patrimônio cultural – Preservação. 4. Desastres naturais –
Prevenção. I. Escandil, Aline II Leipnitz, Carolina. III. Título.

CDD 069.53
CDU 069.025

As cores utilizadas nesta publicação foram testadas para contraste de acessibilidade no Adobe Color. As fontes utilizadas foram OpenDyslexic e Tahoma e as imagens possuem texto alternativo.

Prefácio

Diego Vaz Bevilaqua

Presidente do Comitê Brasileiro do Conselho
Internacional de Museus (ICOM Brasil)

As enchentes que devastaram o estado do Rio Grande do Sul em 2024 não foram apenas a maior tragédia climática da história do Brasil, mas também um marco definitivo na tomada de consciência sobre a urgência de integrar a pauta das mudanças climáticas ao campo dos museus.

Há cerca de cinco décadas, a humanidade reconhece os impactos das atividades humanas sobre o clima, provocados principalmente pelo uso descontrolado dos recursos naturais e pela emissão de gases de efeito estufa. Contudo, a gravidade e a velocidade dessas transformações tornaram-se inegáveis nos últimos anos, exigindo respostas concretas e articuladas de todos os setores da sociedade — inclusive das instituições culturais.

No âmbito do ICOM, a resolução aprovada na Conferência Geral de Quioto, em 2019, representou um ponto de inflexão, inserindo as mudanças climáticas na agenda institucional. A partir do planejamento estratégico iniciado em 2022, o tema consolidou-se como um dos eixos prioritários de desenvolvimento. Ainda assim, a necessidade de proteger os museus, seus acervos e suas comunidades frente aos efeitos das emergências climáticas revelou-se de forma contundente apenas recentemente.

Diante da tragédia no Rio Grande do Sul, o Sistema Estadual de Museus reagiu de maneira exemplar, mobilizando-se rapidamente ao reconhecer que, além das perdas humanas, diversas instituições e coleções estavam sob grave risco. Uma coordenação de esforços foi estabelecida entre diferentes esferas da federação, contando com o ICOM Brasil como parceiro estratégico na articulação de ações. Essa resposta ágil e colaborativa tornou-se referência nacional, demonstrando a importância da cooperação e do planejamento no enfrentamento de desastres climáticos.

A produção deste e-book registra, com rigor e sensibilidade, essa experiência singular.

Sua publicação é especialmente oportuna no ano em que o Brasil sedia, pela primeira vez, uma Conferência das Partes (COP) na América Latina, reafirmando o compromisso do país e das instituições culturais com a agenda climática global. Essa vivência também impulsionou novas iniciativas dentro do ICOM Brasil. Em 2025, a instituição criou o Grupo de Trabalho sobre Museus e Emergência Climática e, em parceria com o ICOMOS Brasil, lançou a Carta Brasileira de Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas — documento coletivo fruto de uma ampla mobilização de mais de mil pessoas e do endosso de mais de duzentas instituições.

A leitura desta obra oferece não apenas um registro histórico, mas um guia inspirador para que outros sistemas museológicos e culturais possam se preparar, agir e cooperar diante de situações semelhantes. O agravamento das mudanças climáticas torna inevitável o aumento da frequência e da intensidade de eventos extremos. Preparar-se para eles, portanto, é uma responsabilidade coletiva e urgente.

Esta publicação nasce, assim, como uma referência fundamental para o campo museal brasileiro — um testemunho de resiliência, solidariedade e aprendizado diante da crise climática.

Desejo a todos uma excelente leitura.

Apresentação

Eduardo Hahn

Diretor de Memória e Patrimônio SEDAC/RS

O livro que ora apresentamos nasce do enfrentamento direto a uma das maiores tragédias climáticas já registradas na história do Brasil — e, sem dúvida, uma das mais devastadoras para o campo do patrimônio cultural nacional. As enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul, em 2023 e 2024, não afetaram apenas as vidas humanas e as infraestruturas, atingiram em cheio, também, a memória coletiva, materializada em acervos, arquivos, bibliotecas e edificações históricas, muitas vezes únicas em sua representatividade.

Neste contexto, o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS), com apoio do Departamento de Memória e Patrimônio da Secretaria de Estado da Cultura, mobilizou esforços para articular respostas rápidas, técnicas e coordenadas. Viu-se um movimento sem precedentes: uma rede de solidariedade espontânea entre profissionais da cultura, conservação e museologia de diversas regiões do país, muitas vezes antes mesmo da chegada de recursos oficiais ou soluções logísticas robustas.

Este e-book é resultado direto dessa mobilização, mas também vai além: é um instrumento de registro, reflexão e orientação. Reúne relatos de campo, estratégias emergenciais, orientações técnicas testadas em condições reais que expressam a urgência de instituir uma cultura permanente de prevenção e planejamento no âmbito da política pública de patrimônio cultural. Como gestor público, reconheço que as lacunas estruturais reveladas pela catástrofe não são novas, mas se impõem agora de forma incontornável.

A ausência de planos de emergência atualizados, a escassez de equipes técnicas permanentes, a vulnerabilidade física das edificações e a falta de protocolos de resposta são problemas crônicos que exigem soluções sistêmicas e continuadas em museus gaúchos e brasileiros. Que esta publicação seja uma ferramenta de qualificação, mas também um alerta aos gestores: o patrimônio cultural não é acessório — é estratégico. Preservá-lo é preservar a identidade, a história e a dignidade de nossos territórios e povos.

Lições para o futuro

Giovanna Silveira Santos

Coordenadora do Sistema Estadual de
Museus/RS

O Sistema Estadual de Museus, instituição da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, foi criado a partir do decreto 33.791 de 21 de janeiro de 1991 como uma frente de elaboração de estratégias visando o fortalecimento e qualificação das instituições de memória gaúcha. Há 34 anos atua como uma rede colaborativa, estimulando e promovendo o diálogo entre instituições museológicas, instituições de ensino, gestores culturais, profissionais da área e o poder público. O ano de 2024 marcou dolorosamente o estado, trazendo à tona situações que desafiaram os profissionais do patrimônio cultural a agirem com rapidez, coletivamente, com um objetivo em comum: salvar acervos que, mais do que objetos, são portadores de valor simbólico, histórico e afetivo. Nesse sentido, o SEM lançou o e-book “Desastres naturais no Rio Grande do Sul e museus” (2025) de autoria da geógrafa do SEM, Monica Marlise Wiggers, de Michele Moraes Carvalho e de Caroline Hipólito Flores. A obra discute os oito tipos de desastres mais comuns e com maior possibilidade de afetar museus no estado; apresenta o histórico de ocorrência desses desastres nos últimos 30 anos, por Região Museológica; e traz orientações para as instituições atuarem de forma preventiva e mitigatória com relação a essas tipologias de eventos. No mesmo caminho, o presente e-book “Emergências em museus: prevenção e salvamento do acervo” organizado por Doris Couto, reúne o histórico de atuação realizado pelo SEM e a articulação com pessoas voluntárias e cooperação entre instituições, relata as estratégias utilizadas, os desafios encontrados, e sintetiza ações emergenciais técnicas e práticas na recuperação de patrimônios culturais. As duas obras se complementam e ambas consolidam o papel do SEM enquanto ferramenta de elaboração e articulação de apoio técnico aos museus, e ainda, são materiais que certamente podem figurar como referencial bibliográfico tendo em vista o ineditismo e a importância para a área.

Sumário



Introdução - Por Doris Couto **10**



Capítulo I - Por Doris Couto

Plano de Emergência	21
Orientações para Proteção do Acervo em Caso de Enchentes e Inundações	27
Orientações para Proteção do Acervo em Caso de Ventos Fortes e Ciclones	31
Orientações para Museus em Áreas Próximas a Incêndios Florestais	35
Kit Resgate: Equipamentos e Insumos de Proteção .	37
Método de Comunicação Interna e Monitoramento de riscos por cores	40
Tabela de Materiais de Acervos Museológicos Suscetíveis à Água	46
Galeria de Imagens Contra Corrente	57



Capítulo II - Relato de Experiências

Aline Escandil	63
Andréa Bachettini e Silvana Bojanoski	73
Eduardo Hahn	87
Jeniffer Cuty	97
Lucas George Wendt	108
Vanessa Barrozo Aquino, Vivienne Stephanou, Stheve Balbinotti, Débora Castilhos Pereira	126
Galeria de Imagens Vale do Taquari	144

Introdução

Doris Couto¹

Em setembro de 2023, a bacia hidrográfica do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, foi palco de um evento sem precedentes. No período de 1º a 4 de setembro, volumes de chuva entre 300 mm e 500 mm foram registrados, culminando em uma inundação de grandes proporções. O Rio Taquari atingiu 29,92 metros, 11 metros acima de seu nível habitual, afetando severamente 107 municípios e causando 54 óbitos.

O Museu Padre Luchino Viero, situado em Muçum, foi completamente submerso por essa cheia. Após o recuo da água, a instituição recebeu voluntários que, apesar da boa-fé, não possuíam treinamento em manejo de acervos. Durante a remoção da lama, a equipe descartou inadvertidamente a totalidade do acervo em papel do museu, o que incluía registros fotográficos e documentos históricos. Um segundo evento de inundação, de menor intensidade, atingiu a região em novembro do mesmo ano.

Em maio de 2024, entre os dias 1 e 3, um novo desastre hidrológico, com precipitações de até 700 mm, afetou a maioria das bacias hidrográficas do estado. O evento resultou em 431 municípios atingidos, 1.742.969 pessoas afetadas, 754 feridos, 134 desaparecidos e 107 mortes confirmadas, conforme dados oficiais do governo gaúcho. O caso do Museu de Muçum demonstra a vulnerabilidade de acervos culturais a eventos climáticos extremos e a necessidade de protocolos de resposta a desastres que contemplem a preservação patrimonial.

Em maio de 2024, o desastre hidrológico no Rio Grande do Sul resultou em um impacto sem precedentes no patrimônio cultural do estado. O levantamento inicial revelou que 58 instituições e coleções foram diretamente afetadas. Os números são alarmantes: 8 milhões de documentos de arquivos e 100 mil livros de bibliotecas públicas foram danificados ou perdidos. Em alguns casos, as estantes com os livros foram levadas pela força da água.

A magnitude da tragédia mobilizou uma resposta massiva da comunidade museológica e de preservação patrimonial.



Figura 1: Cidade de Cruzeiro do Sul devastada. Fonte: Couto, 2024.

Profissionais de diversas áreas, incluindo conservadores, restauradores, museólogos, arquivistas, arquitetos, historiadores e estudantes, ofereceram voluntariamente seu trabalho, com apoio vindo de todo o Brasil e do exterior. A coordenação do socorro se tornou uma tarefa complexa, pois era necessário adaptar as ações de salvamento às necessidades e à infraestrutura de cada instituição, além da tipologia e do volume de cada acervo afetado.

Praticamente nenhuma instituição inundada dispunha de materiais apropriados para a secagem de seus acervos, o que tornou a situação ainda mais crítica. A ausência de insumos básicos, como papéis absorventes, ventiladores, caixas e suportes específicos, comprometeu as primeiras horas de resposta, quando cada minuto é decisivo para evitar perdas irreversíveis. A gravidade aumentou diante do cenário logístico: o serviço dos correios estava suspenso e o principal aeroporto do estado encontrava-se tomado pelas águas, dificultando qualquer envio emergencial. Nessas circunstâncias, ficou evidente que, em contextos de emergência, é necessário lançar mão do que estiver ao alcance — improvisando com materiais cotidianos — e, ao mesmo tempo, acionar rapidamente redes de apoio externas, capazes de mobilizar recursos humanos e técnicos além das fronteiras institucionais e territoriais. Essa experiência reforça a lição de que preparar-se para o inesperado não significa apenas possuir protocolos, mas também cultivar solidariedade e capacidade de reação em rede.

Logística e Mobilização para o Socorro aos Acervos

Diante do caos, um esforço de mobilização notável emergiu. A Associação de Conservadores e Restauradores do Rio Grande do Sul (ACR-RS) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) uniram-se para criar um grupo de comunicação no WhatsApp, denominado "SOS Acervos". O grupo, que chegou a ter mais de 500 participantes no auge da crise, permitiu uma rápida articulação entre especialistas e voluntários. Atualmente, o grupo permanece ativo, com 289 membros, e serve como plataforma para a troca contínua de experiências.

Para organizar o trabalho de campo, o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS) criou um cadastro de voluntários por meio de um formulário online, que recebeu 571 inscrições de profissionais e estudantes. Com base nesse cadastro, o SEM/RS coordenou a alocação gradual dos voluntários. À medida que as condições de acesso e segurança melhoravam, especialmente em Porto Alegre, onde se concentram muitos dos museus mais afetados, equipes foram direcionadas às instituições.

Além do suporte presencial, a assistência remota desempenhou um papel crucial. Museus do interior do estado receberam orientação técnica por meio de videochamadas, com destaque para a colaboração de restauradores da Região Sudeste, que forneceram instruções sobre protocolos de emergência, como o congelamento de acervos em papel para evitar a proliferação de fungos.

Apoio Logístico e Doação de Materiais

Apesar das inúmeras dificuldades logísticas para fazer chegar doações ao Rio Grande do Sul durante as enchentes, a situação crítica causada pela escassez de insumos essenciais — como Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e papel absorvente — evidenciou a urgência de uma resposta solidária em escala nacional. Diante desse cenário, campanhas de doação foram mobilizadas em outras regiões do Brasil, envolvendo instituições culturais, universidades, profissionais da área e a sociedade civil. Essas iniciativas ocorreram de forma articulada com a Secretaria Estadual da Cultura do Rio Grande do Sul, por meio do Sistema Estadual de Museus (SEM/RS), garantindo maior organização e efetividade na destinação dos materiais arrecadados, mesmo diante dos entraves de transporte e distribuição.



Figura 2: Almoxarifado criado por IA, 2025.

A primeira grande ajuda chegou de São Paulo, que liderou o envio de suprimentos. O Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) articulou dois embarques por aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para transportar as doações. A empresa Filliperson, por meio da Led Encadernadora, contribuiu de forma significativa, doando papéis produzidos especificamente para atender à demanda gaúcha. À medida que as doações chegavam, eram imediatamente distribuídas às instituições afetadas.

Orientações e Suporte Técnico

A orientação técnica foi outro pilar fundamental na resposta à crise, especialmente em municípios do interior, onde muitas instituições não possuem profissionais de museologia ou conservação. O Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS) contou com o apoio de diversas restauradoras e museólogas gaúchas que se voluntariaram desde o início para orientar as equipes locais.

Além disso, o SEM/RS recebeu a colaboração de profissionais da Região Sudeste, como as conservadoras-restauradoras Fernanda Auada, Margot Crescenti, Tatiana Russo e a museóloga Marilúcia Bottallo. Elas foram responsáveis pela elaboração do guia "Orientações Emergenciais de Salvaguarda – Acervos e Coleções Museológicas – Catástrofe Ambiental no Rio Grande do Sul".

O documento foi essencial, pois ofereceu instruções claras e práticas sobre o que fazer durante o salvamento dos acervos, considerando a materialidade de cada item. O guia também incluiu orientações de segurança sanitária para os voluntários e outras recomendações cruciais para o trabalho de campo.

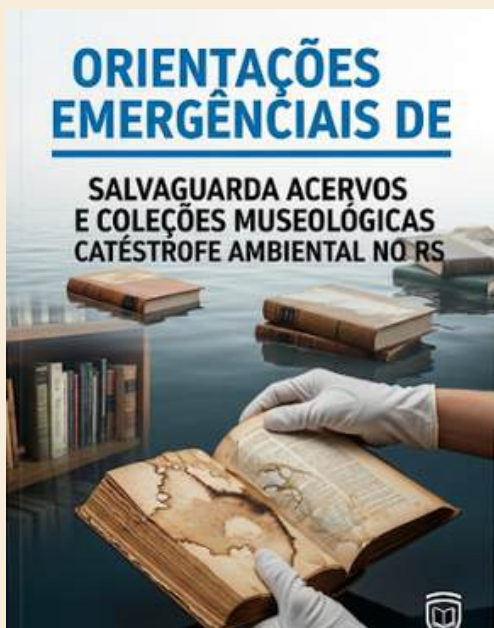


Figura 3: Ilustração criada por IA, 2025.

A distribuição do guia começou na segunda quinzena de maio, aproveitando o momento crítico em que muitas instituições do interior iniciavam seus procedimentos de resgate. A difusão foi realizada de forma estratégica, utilizando os coordenadores das regiões museológicas do estado e os grupos de WhatsApp vinculados ao SEM/RS, garantindo que as orientações chegassem rapidamente aos profissionais e voluntários no campo, otimizando o salvamento dos acervos.

Disseminação de Conteúdo e Colaboração Internacional

Ainda em maio, o esforço de orientação técnica foi reforçado com a tradução e disseminação de um segundo material crucial. A publicação da APOYOnline, focada no salvamento de acervos atingidos por desastres, foi traduzida para o português por Carla Coelho, Cláudia Carvalho e Cristina Lara. Esse material, de grande relevância, foi imediatamente encaminhado às instituições cadastradas no Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS), por meio das redes regionais.

A iniciativa de tradução e compartilhamento da publicação internacional demonstrou a importância da colaboração global e do acesso a conhecimento especializado para enfrentar uma crise de tal magnitude, garantindo que as equipes em campo tivessem acesso a protocolos e diretrizes validados por especialistas para a recuperação do patrimônio.

Capacitação, logística e Prevenção

No que se refere à capacitação das equipes de campo, o Laboratório de Conservação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a coordenação do professor César Karpinsky, promoveu três transmissões ao vivo com foco em protocolos de segurança, biossegurança das equipes e cuidados básicos com acervos afetados. As lives alcançaram cerca de 4 mil participantes online, evidenciando o interesse e a necessidade de orientação técnica durante os primeiros momentos da crise.

Paralelamente, foram realizadas ações logísticas para apoiar as instituições que estavam conduzindo a secagem de acervos. Um almoxarifado central foi estruturado no Museu de História Julio de Castilhos — instituição vinculada à Secretaria de Estado da Cultura do RS —, localizado no Centro Histórico de Porto Alegre. Por meio do SEM/RS, o espaço funcionou como ponto de recebimento e redistribuição de materiais emergenciais.

Destaca-se ainda a ação da Associação de Conservadores e Restauradores do Rio Grande do Sul (ACOR-RS), que, com apoio do SEM/RS, elaborou e submeteu um projeto à Smithsonian Institution.



Figura 4: Doação Smithsonian. Fonte: Couto, 2024.

O financiamento obtido permitiu confecção e envio de kits de salvamento de acervos, contendo Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), papel toalha, aspiradores de pó e de água, caixas plásticas, carrinhos, ventiladores, entre outros insumos.

O Curso de Conservação e Restauro da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), sob a coordenação da professora Andréa Bachetini, teve papel decisivo ao intermediar com um fabricante a doação de dez toneladas de lâminas de celulose — insumo essencial para o processo de secagem de acervo em papel, destinando parte ao Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS) e o restante a diferentes instituições.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por meio do Curso de Museologia, atuou em diversas frentes, com destaque para os grupos de pesquisa das professoras Jeniffer Cuty (GADH) e Vanessa Barrozo Aquino (Sépia), cujos relatos e estudos serão detalhados no Capítulo II desta publicação.

O Conselho Regional de Museologia da 3ª Região (COREM 3R), em parceria com o Sistema Estadual de Museus (SEM/RS), coordenou a operação de retirada do acervo do Museu Histórico Municipal Nice Antonieta Schüller. A ação mobilizou oito profissionais, que atuaram intensamente por 48 horas diante do risco iminente de colapso da parede frontal da edificação — o que poderia resultar no desabamento do teto sobre o acervo.

No âmbito nacional e internacional, o episódio das inundações contou com a interlocução ativa entre o SEM/RS, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e o ICOM Brasil, que desde os primeiros momentos articularam apoios e buscaram soluções emergenciais para as instituições atingidas.

Diante da gravidade do cenário, a UNESCO promoveu uma missão internacional ao estado, contando com a presença de dois especialistas: Andrea Richards, historiadora e arqueóloga de Barbados, e Samuel Franco, socorrista cultural da Guatemala. A iniciativa, patrocinada pelo Fundo Emergencial do Patrimônio da UNESCO, ocorreu em julho de 2024, quando representantes da organização, do Ministério da Cultura e da SEDAC/RS visitaram instituições impactadas. Ao final, os especialistas reuniram dirigentes e equipes locais para compartilhar diagnósticos e apresentar recomendações.

Ainda no âmbito da cooperação internacional entre a SEDAC/RS e a UNESCO, quatro oficinas de salvamento de acervos foram realizadas, reunindo 60 participantes de quatro regiões historicamente vulneráveis a inundações.

Na prática, verificou-se grande disparidade entre as instituições quanto à capacidade de resposta: enquanto museus como o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (Porto Alegre), o Museu de História Nice Schneider (Montenegro), o Museu Cidade do Rio Grande e o Museu Joaquim Felizardo conseguiram evacuar parte de seus acervos, outras não conseguiram realizar a retirada em tempo hábil.

A experiência mostrou que as ações mais exitosas ocorreram em instituições que contavam com museólogos, conservadores e restauradores em suas equipes permanentes — ou que receberam o apoio imediato desses profissionais como voluntários. Tal constatação reforça a urgência da presença de equipes técnicas qualificadas nos museus, sobretudo em cenários de emergência.

O quadro vivido escancarou a fragilidade estrutural da maioria das instituições museológicas gaúchas, em especial a ausência de planos de gestão de riscos, de emergência e de planos museológicos atualizados.

Em maio de 2025, enquanto esta publicação era finalizada, uma nova temporada de chuvas voltou a atingir o Rio Grande do Sul, provocando inundações em diferentes municípios. Embora, desta vez, os acervos museológicos não tenham sido diretamente atingidos, o episódio reafirma de maneira inequívoca o que os desastres de 2023 e 2024 já haviam demonstrado: as mudanças climáticas tornaram os desastres recorrentes, não exceções. Nesse cenário, a preparação permanente, o planejamento estratégico e a ação solidária em rede não são apenas recomendações técnicas — são condições vitais para a sobrevivência da memória, da história e da identidade cultural não só do Rio Grande do Sul, mas de qualquer região.

PLANEJANDO A PREVENÇÃO

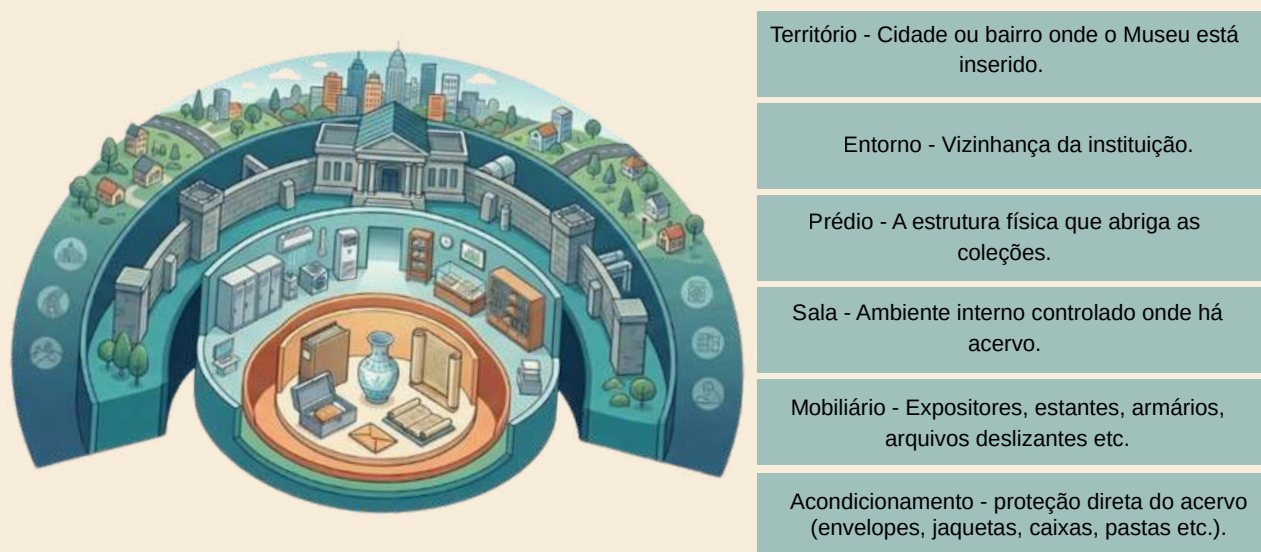


Figura 5: Camadas de proteção do acervo. Fonte: Couto, 2025.

A prevenção de riscos começa pelo entendimento das diferentes “camadas de proteção” que envolvem um acervo. Essas camadas abrangem desde o território e o entorno da edificação até os sistemas internos de armazenamento e acondicionamento. A análise de risco deve considerar as ameaças possíveis, sua probabilidade de ocorrência e os impactos potenciais em cada uma dessas camadas. Somente a partir desse diagnóstico é possível adotar medidas eficazes para neutralizar, bloquear ou reduzir efeitos adversos.

Em determinadas situações, a única estratégia realmente segura para proteger o acervo é removê-lo da zona de risco. Contudo, uma das maiores fragilidades na gestão de riscos em museus está na ilusão de segurança criada pela ausência de precedentes. A crença equivocada de que “o desastre não chegará até aqui” serve, muitas vezes, como justificativa para a inação, retardando ou inviabilizando medidas preventivas. O resultado é conhecido: a resposta só acontece durante a emergência — o pior cenário possível, quando tempo, recursos e condições de segurança já estão drasticamente comprometidos.

Um exemplo paradigmático no cenário internacional é o do Museu do Louvre, em Paris.

Com vastas reservas técnicas subterrâneas que somavam cerca de 10.000 m², o Louvre enfrentava risco direto de inundações provocadas pelo Rio Sena. Em 2016, uma cheia significativa obrigou ao fechamento temporário do museu e à evacuação emergencial de aproximadamente 250 mil obras de arte, redistribuídas em mais de 60 locais distintos.

A complexidade e a recorrência desse tipo de operação deixaram claro que a estratégia puramente reativa era insustentável. Assim, em 2019, foi inaugurado o Centre de Conservation du Louvre, em Liévin, a 200 km de Paris — uma reserva técnica de última geração, localizada fora da zona de risco, para onde parte expressiva do acervo foi transferida em caráter definitivo. Essa iniciativa representa uma mudança de paradigma: a transição de respostas emergenciais para ações estruturais e preventivas permanentes.

No Brasil, embora iniciativas inspiradoras, como a criação de reservas técnicas compartilhadas em São Paulo, estejam em andamento, essa realidade ainda está distante da maioria dos museus, sobretudo nas regiões mais vulneráveis. Preparar-se ativamente para emergências, portanto, não é uma escolha: é uma necessidade.

Neste primeiro capítulo, apresentamos recomendações gerais aplicáveis a diferentes tipos de desastres naturais, seguidas de medidas específicas adaptadas às distintas realidades institucionais. Reiteramos que a prevenção é sempre mais eficaz, menos onerosa e mais segura do que qualquer operação emergencial de salvamento. Ainda assim, diante da imprevisibilidade dos eventos extremos, é indispensável que as equipes estejam preparadas — técnica e emocionalmente — para atuar em situações de resgate, com protocolos bem definidos e senso de responsabilidade.

Por fim, reforçamos: a proteção da vida humana é prioridade absoluta, e o salvamento do acervo deve ocorrer somente quando houver condições seguras para todos os profissionais envolvidos.

Notas Finais:

1. Mestra em Museologia e Patrimônio, Museóloga da SEDAC/RS, Atuou como membro da força-tarefa de salvamento e restauro de acervos durante as inundações 2024, período em que coordenou o SEM/RS, professora da UFSM.

E-mail: doris-couto@sedac.rs.gov.br / doris.couto@hotmail.com



CAPÍTULO I

por Doris Couto

Plano de Emergência	21
Orientações para Proteção do Acervo em Caso de Enchentes e Inundações	27
Orientações para Proteção do Acervo em Caso de Ventos Fortes e Ciclones	31
Orientações para Proteção do Acervo em Caso de Incêndios Florestais	35
Kit Resgate: Equipamentos e Insumos de Proteção	37
Sistema de Alertas por Cores para Planos de Emergência de Museus	40
Tabela de Materiais de Acervos Museológicos Suscetíveis à Água	46
Galeria de Imagens Contra a Corrente	57

1 PLANO DE EMERGÊNCIA



Figura 1: Identificando riscos. Imagem criada por IA, com base em descrição de Couto, 2025.

O museu deve possuir um plano de emergência detalhado, que inclua os diversos tipos de desastres naturais. Este plano deve abranger:

- **Identificação de riscos:** Mapeamento das áreas vulneráveis do museu e do entorno. Com atenção especial para estruturas externas (placas, antenas) e a segurança de árvores próximas.
- **Protocolos de comunicação:** É fundamental que haja um protocolo amplamente difundido e conhecido da equipe sobre como ela será alertada, assim como as autoridades e demais envolvidos. Adiante sugerimos a adoção de alertas a partir do código de cores.
- **Treinamento da equipe:** A equipe deve saber identificar sirenes, conhecer rotas de fuga e treinar evacuação. Sempre que possível, esse treinamento

deve envolver atores, como defesa civil, bombeiros, polícia, dentre outros. Os treinamentos devem ocorrer periodicamente e sempre que ingressar um novo membro na equipe.

- **Cadeia de comando:** Definição clara de responsabilidades e quem toma as decisões. Isso é fundamental e fará parte do treinamento.
- **Procedimentos de evacuação:** Para pessoas e, se possível, para o acervo. Tanto para um quanto para outro é preciso que haja uma rota segura de evacuação: local pré-definido para levar o acervo; meios de transporte (caixas, carrinhos, carros, caminhão etc.) previamente testados e com condutores aptos a conduzir as peças sem gerar mais danos do que o desastre em curso.
- **Listas de contato:** Equipes de emergência, especialistas em conservação, fornecedores de materiais. Além de uma lista física, manter uma na nuvem (Drive, OneDrive, e-mail, etc.).
- **Plantas de emergência:** Com rotas de saída, localização de equipamentos de segurança e pontos de encontro. Essas plantas devem ser de conhecimento comum da equipe e devem subsidiar os treinamentos.
- **Saídas de emergência sinalizadas e conhecidas por todos:** Apesar de se recomendar que o salvamento de acervos só ocorra após a situação estar sob controle e não haver riscos relacionados ao desastre ou seus impactos, é importante que a equipe de salvamento conheça as saídas de emergência, que devem estar sinalizadas.
- **Formação de uma equipe de resposta:** Treinar a equipe do museu em procedimentos de emergência, manuseio seguro do acervo, primeiros socorros e uso de equipamentos de proteção individual (EPIs). Designar um coordenador de emergência.

- **Sistemas de alerta:** Manter-se atualizado sobre os avisos meteorológicos e geotécnicos das autoridades competentes (Defesa Civil, órgãos de geologia). Estabelecer um sistema de alerta interno para acionar o plano de emergência rapidamente – alarme, campainha, etc. – que só devem ser acionados em situação de treinamento ou desastre.

2 Vigilância Constante



Figura 2. Ilustração produzida por IA com base em descrição de Couto, 2025.

- **Estabilidade Estrutural:** Realizar avaliações geotécnicas e estruturais regulares do edifício e do terreno. Se necessário, implementar obras de contenção e drenagem para estabilizar encostas e evitar acúmulo de água.
- **Armazenamento Seguro:** Verificar constantemente os locais onde existem acervos: salas de exposição, reservas técnicas, sala de conservação, sala de quarentena. Avaliar a segurança das peças com relação aos impactos de desastres naturais.

- **Localização:** Se possível, evitar armazenar o acervo mais vulnerável em áreas de subsolo ou em andares térreos que possam ser diretamente afetados por inundações ou deslizamentos.
- **Embalagens e Contenção:** Utilizar embalagens protetoras (caixas de material inerte, sacos plásticos herméticos) durante a emergência para itens mais frágeis e sensíveis à umidade. Armazenar o acervo em prateleiras elevadas, longe do chão; se não for viável, retirá-lo do prédio ou levá-lo para andares mais altos.

3 Ações decisivas no auge da crise

- **Priorização do Resgate:** A prioridade é a segurança das pessoas. O resgate do acervo só deve ocorrer se houver condições de segurança para a equipe e, especialmente, se for viável a retirada para ambientes na própria edificação, evitando a exposição em área externa.
- **Desligamento de Sistemas:** Desligar a energia elétrica, gás e água para evitar curto-circuito, vazamentos e outros danos.
- **Contenção Inicial:** Se houver entrada de água ou lama, tentar conter a invasão com barreiras (sacos de areia, barreiras absorventes), se for seguro.
- **Documentação:** Registrar o estado do museu e do acervo antes e durante a emergência, se possível e seguro, com fotos e vídeos para fins de avaliação de danos e o acionamento da seguradora, quando for o caso ou mesmo para os processos de recuperação que sucederão o desastre.

4 Pós-Evento e Recuperação



Figura 3. Ilustração produzida por IA com base em descrição de Couto, 2025.

- **Avaliação de Danos:** Após a estabilização da situação e a liberação da área pelas autoridades, realizar uma avaliação detalhada dos danos ao edifício e ao acervo por profissionais qualificados (engenheiros, conservadores, restauradores, museólogos, dentre outros).
- **Estabilização Ambiental:** Controlar a umidade e a temperatura no ambiente para prevenir o crescimento de mofo e outros danos. Utilizar desumidificadores e ventiladores. Se possível, monitorar umidade relativa do ar e temperatura com o uso de termo-higrômetros, dispostos em cada sala. Fazer apontamentos duas vezes ao dia com as marcações dos dados, umidade relativa e temperatura indicados no dispositivo, para detectar oscilações e determinar a estratégia mais adequada.
- **Secagem e Limpeza:** Seguir protocolos rigorosos para secagem e limpeza do acervo afetado, utilizando técnicas apropriadas para cada tipo de material. Nunca realizar a secagem ao sol, com calor excessivo (como secadores de cabelo) ou utilizando ventiladores direcionados diretamente sobre as peças.

- **Triagem e Tratamento:** Priorizar o tratamento de itens mais danificados ou vulneráveis. Buscar ajuda de conservadores-restauradores especializados.
- **Documentação e Relatórios:** Manter registro detalhado de todos os procedimentos de recuperação, perdas e danos para fins de seguro (quando houver), pesquisa e melhoria do plano de emergência. Não esquecer de anotar na ficha de cada peça que foi atingida, pormenorizando os danos e indicando todo o procedimento realizado. Isso será essencial no caso de restauros futuros, bem como do monitoramento das peças.

5 Relatório de salvamento de acervo

Considere informar no relatório os tópicos abaixo, de modo a oferecer dados fundamentais para o registro e tomada de decisões.

1. Contextualização do Evento: • Tipo de desastre; • Data e horário do evento; • Descrição do ocorrido; • Principais áreas atingidas.

2. Descrição do Acervo Atingido: • Tipologia do acervo; • Quantidade estimada de peças atingidas; • Local de armazenamento no momento do evento.

3. Ações Realizadas: • Data de início e término das ações; • Profissionais envolvidos; • Etapas realizadas; • Materiais utilizados; • Apoio externo recebido;

4. Danos Observados: • Tipos de danos identificados; • Registro fotográfico (anexar imagens); • Danos estruturais ao edifício.

5. Ficha Individual (por peça): • Número de tombamento ou registro; • Título e descrição; • Material e técnica; • Localização original; • Danos observados; • Ações executadas; • Observações;

6. Avaliação Final: • Total de peças salvas; • Estimativa de perdas irreversíveis; • Encaminhamentos recomendados; • Necessidades urgentes.

7. Responsáveis pela Elaboração do Relatório: • Nome(s) e função(ões); • Assinatura(s); • Data de preenchimento.

ORIENTAÇÕES PARA PROTEÇÃO DO ACERVO EM CASO DE INUNDAÇÕES

1 Mapeamento de Áreas de Risco

- Identificar e mapear as áreas do museu e do entorno mais suscetíveis a inundações. Isso inclui subsolos, primeiros andares e áreas próximas a rios, córregos ou pontos de acúmulo de água.
- Rotas de Evacuação: Definir e sinalizar rotas claras para a remoção do acervo, priorizando os itens mais vulneráveis e valiosos.
- Lista de Prioridades de Resgate (triagem): Criar uma lista hierarquizada do acervo a ser resgatado primeiro, considerando valor cultural, fragilidade e suscetibilidade a danos por água.
- Contato de Emergência: Ter à mão contatos de especialistas em conservação-restauração, empresas de desumidificação, bombeiros e defesa civil.
- Treinamento da Equipe: Treinar a equipe do museu em procedimentos de emergência, manuseio de objetos molhados, uso de EPIs (luvas, máscaras, botas) e técnicas básicas de primeiros socorros para o acervo (como higienização, se necessário, secagem e acondicionamento).

1 Medidas Preventivas e de Mitigação (Antes da Inundação)

- Elevação do Acervo: Se possível, armazenar o acervo em prateleiras elevadas (no mínimo 15-20 cm do chão), mesmo em áreas consideradas seguras. Em locais de alto risco, considerar prateleiras mais altas ou armários suspensos.
- Mobiliário Resistente à Água: Utilizar móveis e estantes de metal inoxidável ou plástico resistente à água. Evitar madeira e aglomerados em áreas de risco, pois incham e se deterioram rapidamente.
- Embalagem Protetora:
- Invólucros Plásticos: Embalar itens em plásticos resistentes e transparentes (polietileno de alta densidade), selando as abas para criar uma barreira contra a água.

- **Caixas Plásticas Herméticas:** Utilizar caixas plásticas com tampas de vedação para itens menores e mais frágeis, como documentos, fotografias e pequenos objetos.
- **Proteção de Obras de Arte:** Pinturas podem ser protegidas com plásticos e, se possível, elevadas ou removidas.
- **Sacos de Areia e Barreiras Temporárias:** Ter à disposição sacos de areia ou outras barreiras para conter a entrada de água em portas e janelas.
- **Sistemas de Drenagem:** Verificar e manter sistemas de drenagem adequados ao redor do museu para direcionar o fluxo de água para longe do edifício.

3 Resposta Imediata Durante a Inundação

- **Prioridade à Vida Humana:** A segurança da equipe e dos visitantes é a prioridade máxima. Nenhuma ação de resgate do acervo deve colocar vidas em risco.
- **Desligamento de Serviços:** Desligar a energia elétrica para evitar curto-circuito e choques, e o gás, se houver, para prevenir vazamentos.
- **Documentação Rápida:** Se for seguro, fazer fotos ou vídeos rápidos do nível da água e da situação do acervo antes e durante a subida da água para documentar os danos.
- **Resgate Prioritário:** Se o resgate for seguro, remover os itens mais valiosos e vulneráveis para andares superiores ou áreas seguras, seguindo a lista de prioridades. Utilizar carrinhos, bandejas ou qualquer meio que facilite o transporte.

4 Pós-Inundação: Recuperação e Conservação

- **Acesso Seguro:** Aguardar a liberação da área pelas autoridades e a garantia de que o edifício esteja estruturalmente seguro antes de reentrar.
- **Registro e Documentação:** Registrar minuciosamente todos os itens danificados: o que foi afetado, o tipo de dano, a data e a localização. Fotos e vídeos são essenciais.

- **Controle Ambiental Urgente:**

- **Ventilação:** Abrir janelas e portas (se seguro) para ventilar o ambiente e reduzir a umidade.
- **Desumidificadores:** Utilizar desumidificadores e ventiladores para secar o ambiente o mais rápido possível. O objetivo é reduzir a umidade relativa para menos de 60% e controlar a temperatura para inibir o crescimento de mofo.

5 Triagem e Estabilização do Acervo Molhado

- Separar por Tipo: Segregar os objetos por tipo de material (papel, têxtil, metal, madeira etc.) e por nível de dano.
- Remoção de Lama e Detritos: Remover a lama e detritos soltos com cuidado, usando escovas macias ou jatos leves de água limpa (apenas se o objeto permitir e a água for limpa).

6 Secagem Controlada

- Papel e Livros: Folhear os livros para permitir a circulação de ar; documentos podem ser separados com papel mata-borrão, papel absorvente(toalhas). Secar à sombra, com boa ventilação, nunca ao sol ou com calor direto. O congelamento é uma opção para estabilizar materiais orgânicos e parar o crescimento de mofo, permitindo a secagem posterior.

A depender da quantidade, utilizar freezer comum, acondicionando o livro molhado em saco plástico e retirando o ar, preferencialmente com aspirador; se não houver ou se a energia elétrica não estiver restabelecida, fazer manualmente. Lacrar e etiquetar, informando o conteúdo. Numerar o volume e listar para controle.

7 Têxteis

Enxaguar suavemente, se necessário, usar toalhas limpas para absorver o excesso de água e secar estendidos sobre superfície horizontal (varal) ou pendurados em cabides acolchoados, se a peça oferecer condições. Na dúvida, consulte um restaurador especialista em têxteis.

8 Objetos de Madeira

Secar lentamente para evitar rachaduras e empenamento. Não utilizar fonte de calor (estufas).

9 Metais

Secar imediatamente e considerar tratamento para corrosão, sob orientação profissional.

10 Combate ao Mofo

Se o mofo começar a aparecer, isolar o item. O controle da umidade é a principal medida. Consultar um conservador para tratamento adequado, que pode incluir limpeza mecânica e, em casos específicos, uso de agentes fungicidas (sempre com cautela e sob orientação profissional).

11 Conservação e Restauração

Após a estabilização e secagem, avaliar a necessidade de intervenções de conservação-restauração. Priorizar os itens mais danificados ou que apresentam risco contínuo de deterioração.

IMPORTANTE:

Sabe-se que, em situações de desastre, a prioridade não será o patrimônio e, portanto, a restauração de peças danificadas poderá demorar algum tempo para ocorrer. Diante disso é importante que as peças afetadas sejam avaliadas e alterações sejam anotadas na sua ficha. Em caso de observação de degradação em ritmo acelerado, buscar auxílio de um especialista para tentar estabilizá-la.

ORIENTAÇÕES PARA PROTEÇÃO DO ACERVO EM CASO DE VENTOS FORTES E CICLONES

1 Análise de Vulnerabilidade

- Avaliar a vulnerabilidade do edifício do museu a ventos fortes. Isso inclui a integridade do telhado, janelas, portas, protocolos de alerta: Monitorar os avisos meteorológicos da Defesa Civil e serviços de meteorologia (como o INMET Brasil) sobre a formação e trajetória de ciclones. Estabelecer um sistema de alerta interno para acionar o plano com antecedência.

2 Funções e Responsabilidades

- Designar claramente as tarefas para a equipe, incluindo quem é responsável por fechar aberturas, mover o acervo, inspecionar danos e os comunicar.
- Procedimentos de Evacuação:
- Incluir planos para a evacuação segura da equipe e, se possível, do acervo mais vulnerável.

3 Manutenção Predial(antes e depois do ciclone)

- Telhado: Inspeccionar e realizar manutenção do telhado regularmente para garantir que telhas estejam firmes e que não haja danos que possam ser agravados pelo vento.
- Janelas e Portas: Verificar a vedação e a resistência de janelas e portas. Considerar a instalação de persianas resistentes a impactos ou o uso de compensados para proteção adicional em caso de ventos extremos.
- Calhas e Drenagem: Limpar calhas e sistemas de drenagem para evitar acúmulo de água que possa ser forçada para dentro do edifício ou causar inundações rápidas.

4 Segurança do Entorno

- **Árvores:** Podar árvores próximas ao museu, removendo galhos secos ou fracos que possam cair sobre o edifício ou bloquear vias de acesso.

- **Objetos Soltos:** Remover ou fixar firmemente objetos soltos no exterior do museu (placas, vasos, mobiliário de jardim, lixeiras) que possam ser projetados com ventos fortes.

5 Proteção do Acervo

- **Objetos Suspensos:** Verificar a fixação de objetos pendurados (quadros, esculturas aéreas), remover ou os reforçar se houver risco de queda.
- **Vitrines e Exposições:** Certificar-se de que vitrines e expositores estejam estáveis. Se possível, reforçar a fixação de objetos dentro das vitrines para evitar tombamento ou movimentação. Embalagens protetoras dentro das vitrines podem ser úteis.
- **Mobiliário e Estantes:** Fixar estantes e armários às paredes ou ao piso para prevenir tombamentos.
- **Acervo Vulnerável:** Mover o acervo mais frágil, leve ou de alto valor para áreas internas mais seguras, longe de janelas, ou para andares mais baixos (se não houver risco de inundação simultânea).
- **Embalagens Protetoras:** Ter materiais de embalagem disponíveis (plástico bolha, caixas de papelão resistente, mantas de ethafoam ou cobertores) para envolver e proteger itens frágeis.
- **Sistemas de Emergência:** Verificar geradores de energia, sistemas de comunicação e kits de primeiros socorros.

6 Resposta imediata durante o ciclone

- **Evacuação de Pessoas:** A prioridade máxima é a segurança da equipe e dos visitantes. Certificar-se de que todos estejam em um local seguro, preferencialmente em uma área interna, longe de janelas e portas.
- **Fechamento de Aberturas:** Fechar e trancar todas as janelas e portas. Se houver persianas ou painéis de proteção, ativar.
- **Desligamento de Serviços:** Desligar a energia elétrica para evitar curto-circuito e incêndios causados por fios danificados, e o gás para prevenir vazamentos.
- **Monitoramento:** Se for seguro, acompanhar a situação do edifício e do acervo. Preparar-se para realocar o acervo, se houver danos na estrutura.

- **Não Abandone o abrigo:** Permanecer em local seguro até que as autoridades informem que o perigo passou.

7 Pós-Ciclone - Recuperação e Conservação

- **Avaliação de Segurança:** Retornar ao museu somente após avaliação e liberação pelas autoridades competentes. Cuidado com estruturas danificadas, fiação elétrica exposta, vazamentos de gás e objetos caídos.
- **Documentação dos Danos:** Registrar minuciosamente todos os danos ao edifício e ao acervo com fotografias e descrições detalhadas. Isso é crucial para relatórios, seguros e planejamento de restauração.
- **Remoção de Detritos:** Remover detritos externos e internos com segurança. Ter cuidado com objetos pontiagudos ou instáveis.
- **Estabilização Ambiental (se houver infiltração):** Se houver danos ao telhado ou janelas que permitiram a entrada de chuva, seguir os procedimentos de controle de umidade e secagem do acervo, como indicado para inundações, para prevenir mofo.

8 Objetos Caídos/Quebrados

- Manusear com extremo cuidado. Recolher todos os fragmentos e acondicioná-los juntos em uma caixa, evitando danos adicionais, pois cada fragmento é essencial para um eventual processo de restauro.
- Objetos Molhados: Se a chuva, que muitas vezes sucede ao ciclone, atingiu o acervo, tratar como orientado em caso de inundação (secagem, controle de mofo).

9 Objetos Sujos

- Se houver poeira, galhos ou outros detritos, removê-los cuidadosamente utilizando escovas macias ou aspiradores de baixa potência, sempre que a condição da peça permitir.
- Dependendo do tipo de material que compõe a peça, esta poderá ser limpa com pano macio umedecido e, em alguns casos, lavada com detergente neutro (veja o quadro que indica o tratamento para estabilizar cada tipo de acervo na página 38).

10 Consolidação e Restauração

Contatar conservadores-restauradores para avaliar e intervir nos itens danificados.
Priorizar a estabilização de estruturas fragilizadas.

IMPORTANTE:

Considerar que, durante um ciclone, pode ocorrer destelhamento parcial ou total do Museu, além da quebra de vidraças, seguida por chuva intensa. Adotar medidas preventivas para proteger o acervo contra a água, conforme as orientações indicadas para situações de inundação.

A experiência de regiões que são frequentemente atingidas por ciclones mostra que a preparação contínua e a capacidade de resposta rápida são cruciais.

A integração do museu com os planos de emergência da comunidade local (Defesa Civil, Corpo de Bombeiros etc.) é um fator determinante para o sucesso da proteção do patrimônio cultural, assim como para evitar riscos às pessoas.

Vale ressaltar que o Museu ou equipamento cultural deve ter um grupo de socorro treinado para entrar em cena tão logo haja alerta do serviços de meteorologia, no sentido de implantar camadas de proteção ao acervo/edificação ou para realizar o salvamento e a estabilização no momento subsequente e, quando autorizado pela Defesa Civil local - preferencialmente, após a verificação do edifício.

Neste sentido uma sugestão é criar esse grupo por meio da associação de amigos, sendo possível até obter apoio via projetos para dotar o grupo de EPIs e treinamento apropriado.

ORIENTAÇÕES PARA PROTEÇÃO DO ACERVO EM ÁREAS PRÓXIMAS A INCÊNDIOS FLORESTAIS

Mesmo quando não há fogo próximo ao edifício, incêndios florestais representam risco significativo aos museus, devido à fumaça, fuligem, calor e partículas que podem afetar acervos sensíveis e alcançarem outros estados devido a condução de particulados pelo vento. Para mitigar danos, recomenda-se:

1 Monitoramento e Alerta

- Acompanhar boletins de órgãos de defesa civil e ambientais locais;
- Instalar sistemas de monitoramento da qualidade do ar e sensores de fumaça;
- Estabelecer protocolos internos de alerta e comunicação com equipes.

2 Proteção Preventiva do Acervo

- Fechar todas as janelas, portas e aberturas para reduzir entrada de fumaça e fuligem;
- Acionar sistemas de filtragem de ar (HEPA ou similares) nos ambientes de exposição e reserva técnica;
- Embalar obras sensíveis em materiais selados, como filme de poliéster ou caixas herméticas, se houver previsão de exposição prolongada à fuligem;
- Remover temporariamente acervos de menor porte para áreas seguras ou reservas técnicas externas, se possível.

3 Conservação e Limpeza

- Evitar limpeza agressiva da fuligem sobre obras; utilizar aspiradores com filtros HEPA ou técnicas específicas de restauração;
- Registrar todas as obras afetadas para posterior avaliação técnica;
- Documentar as condições ambientais durante o período de fumaça.

4 Equipes e Segurança

- Priorizar a proteção da vida humana; profissionais não devem permanecer em áreas com ar prejudicial à saúde;
- Fornecer máscaras PFF2 ou respiradores adequados aos colaboradores em caso de fumaça;
- Treinar a equipe sobre protocolos de evacuação, transporte de acervo e comunicação interna.

5 Ações de Coordenação

- Contatar instituições parceiras e órgãos municipais para suporte em transporte, abrigo de acervos e equipamentos de filtragem;
- Elaborar planos de contingência específicos para incêndios florestais, complementando os planos de risco já existentes.

6 Pós-incêndio

- Realizar a retirada de acervos remanescentes entre os escombros;
- Avaliar possíveis impactos em superfícies, pigmentos, papéis e tecidos;
- Acionar restauradores especializados para análise e tratamento de obras afetadas;
- Revisar protocolos e melhorar medidas preventivas a partir das lições aprendidas.

KIT RESGATE: EQUIPAMENTOS E INSUMOS DE PROTEÇÃO

Materiais de Proteção ao Acervo

Estes materiais visam proteger os objetos de danos diretos, umidade, poeira e impactos durante a emergência e o resgate, sendo importante haver estoque em área segura, fora do museu.

Embalagens e Contenção:

1. Plástico Bolha: Para amortecimento e proteção contra impactos.
2. Filme Plástico (Filme Stretch/Polietileno de Alta Densidade): Para envolver objetos e proteger contra água e poeira. Rolo grande e resistente.
3. Sacos Plásticos Transparentes Resistentes (com fecho zip ou para selagem): Para pequenos objetos, documentos, fotografias, protegendo da umidade e congelamento de acervo em papel.
4. Caixas Plásticas Herméticas com Tampa (Tamanhos variados): Ideais para documentos, livros, pequenos objetos, protegendo contra água e facilitando o transporte.
5. Caixas de Papelão Resistente (novas e limpas): Para o transporte de objetos maiores, mas devem ser protegidas de umidade. Podem ser forradas com plástico.
6. Papel Mata-borrão/Papel Toalha de Uso Industrial (limpo): Para absorver umidade em objetos molhados, especialmente papéis e têxteis.
7. Tecido de Algodão Limpo (lençóis velhos, toalhas): Para embrulhar objetos delicados ou absorver umidade.
8. Fitas Adesivas (resistentes à água e de fácil remoção, se possível): Para selar embalagens plásticas e realizar identificação.
9. Peneiras usadas na construção civil: São excelentes para resgatar peças da água quando não for possível removê-la do ambiente devido à presença de acervos boiando. Na ausência dessas peneiras, chapas de PS (comumente usadas em painéis adesivos) podem cumprir função semelhante, pois são resistentes (recurso aplicado com sucesso em Porto Alegre, em 2024).

Limpeza e Secagem (Pós-desastre):

1. Pincéis Macios/Escovas de Cerdas Naturais: Para remover pó e detritos secos.
2. Panos de Microfibras: Para limpeza de superfícies.
3. Detergente neutro: Para lavagem de peças, quando recomendável e viável.
4. Baldes e Bacias (limpos): Para água de limpeza ou para conter objetos.
5. Pulverizadores: Para aplicação de água limpa (se necessário para limpeza) ou soluções específicas (com orientação de conservador).
6. Desumidificadores: Essenciais para controlar a umidade após inundações, prevenindo mofo. Vários modelos e capacidades.
7. Ventiladores/Exaustores: Para circular o ar e acelerar a secagem.
8. Aspiradores de Água: Ajudam na retirada de água retida em ambientes internos e podem ser utilizados para retirar o excesso de água de tapeçarias (sob orientação profissional).
9. Freezers/Congeladores/Contêineres refrigerados (se possível): Para estabilizar materiais orgânicos molhados (papel, têxteis) por congelamento, prevenindo o mofo e permitindo tratamento posterior.

Identificação e Documentação:

- Canetas Marcadoras Permanentes (resistentes à água): Para identificar caixas e objetos.
- Etiquetas Resistentes à Água: Para fixar em caixas e itens resgatados, com informações como local de origem, data do resgate, e observações sobre o estado.
- Pranchetas e Lápis/Canetas (resistentes à água): Para anotações e registros.
- Máquina Fotográfica/Smartphone com câmera: Para documentar o estado do museu e do acervo antes e depois do desastre. Bateria extra ou carregador portátil. Se possível tenha também case impermeável para celular, pois, permitirá fotografar sem tocar diretamente no aparelho, evitando contaminações.
- Trena/Fita Métrica: Para medições de danos.

- Lanterna de luz negra (roxa): Para identificar danos não visíveis a olho nu e ainda será importante na identificação de escorpiões, que ficam fluorescentes sob essa luz.
- Lista de Inventário/Plano de Resgate: Cópia impressa e digitalizada do inventário do acervo, com informações de localização e prioridade.

Ferramentas e Outros:

1. Carrinhos de Carga/Paleteiras: Para transporte de caixas e objetos pesados.
2. Rampas Portáteis: Para facilitar o acesso e transporte em áreas irregulares.
3. Baterias Extras e Carregadores: Para lanternas, rádios e celulares.
4. Extintores de Incêndio (verificados e carregados).
5. Lanternas (com pilhas extras): Essenciais em caso de falta de energia.
6. Lanternas de cabeça: Práticas para uso no interior da edificação. Tem a vantagem de deixar as mãos livres. Atualmente existem modelos em led, com grampo para pendurar na roupa.
7. Pallets plásticos: Boa opção para colocar peças do acervo que estejam molhadas.

IMPORTANTE:

Aqui listamos materiais apropriados para o trabalho de salvamento, contudo essa é uma ação emergencial e nem sempre é possível tê-los à disposição, sendo necessário optar por materiais disponíveis, que podem não ter pH neutro, por exemplo, mas que auxiliarão na secagem de um documento molhado. Deve prevalecer o bom senso.

MÉTODO DE COMUNICAÇÃO INTERNA E MONITORAMENTO DE RISCOS POR CORES



As experiências de resgate de acervos no Rio Grande do Sul demonstraram a necessidade de um código de comunicação interna para ser usado antes, durante e depois de desastres. Os relatos recebidos pelo Sistema Estadual de Museus indicam que as ações de salvamento, embora bem-sucedidas em sua execução, ocorreram sem preparação prévia, o que gerou enorme tensão. Nosso objetivo é garantir que, em eventos futuros, as instituições estejam devidamente preparadas. Para isso, propomos um sistema de cores e representação visual similar aos utilizados em monitoramentos meteorológicos, que indica o potencial de ocorrência de desastres do menor para o maior grau. A metodologia foi adaptada pela Museóloga Doris Couto, servidora da Secretaria de Cultura do Rio Grande do Sul. É importante ressaltar que este sistema entrará em teste no Museu de História Julio de Castilhos e representa um esforço inicial para aumentar a segurança do patrimônio cultural gaúcho e brasileiro.

Cada nível de alerta exige ações específicas e coordenadas.



Contexto: Este é o estado padrão do museu. A segurança está funcionando normalmente, os sistemas de monitoramento (incêndio, segurança) estão ativos e em bom estado e a rotina se desenvolve como de costume.

Ações da Equipe:

- Monitoramento contínuo dos sistemas de segurança.
- Manutenção preventiva de equipamentos (extintores, detectores, portas de emergência, fechaduras eletrônicas, entre outros).
- Treinamentos de rotina e simulados periódicos do plano de emergência (no mínimo uma vez por semestre para evacuação).
- Revisão e atualização de contatos de emergência e procedimentos.
- Abertura normal ao público.
- Comunicação: Ambiente calmo e normal. Mensagens internas de lembretes sobre procedimentos de segurança.

Sugere-se que uma pessoa fique responsável pelo monitoramento diário e indique as condições aos colegas, consultando sistemas meteorológicos de alertas oficiais.



Contexto: No Código Amarelo, a equipe precisa estar preparada para entrar em ação. É importante que uma hierarquia de comando durante o alerta seja previamente estabelecido e os protocolos aplicados sejam respeitados por todos.

- Clima: Previsão de chuva forte para as próximas horas, risco de alagamento na região, ventos fortes, ocorrência de granizo previstos, entre outros.
- Segurança: Notícia de evento ou protesto próximo ao museu que pode gerar tumulto.
- Incidente Interno Menor: Falha pontual em um sistema (ex: detector de fumaça disparou sem motivo aparente, mas já foi checado e não é fogo).
- Ameaça Indireta: Notícia de furto em museu na região ou em outro estado com acervo com características similares ao de sua instituição.

Ações da Equipe:

- Aumento da vigilância.
- Verificação redobrada de pontos vulneráveis (portas, janelas, telhados, calhas, árvores, antenas, obras de arte na área externa etc.).
- Preparação de equipamentos de resposta (kits de contenção de água, suprimentos de emergência - mochila com EPIs, lanternas).
- Restrição de acesso a áreas específicas (se o risco for localizado).
- Notificação aos superiores e equipes relevantes.
- Preparação para possível evacuação (se a ameaça for climática, por exemplo).
- Pode haver restrições pontuais ao acesso do público (ex: fechar uma exposição ou área específica por precaução).
- Acervos devem ser cobertos com lonas se houver dúvidas sobre a capacidade de resistência do telhado e calhas, no caso de previsão de volume expressivo de chuvas e/ou granizo.
- Comunicação: Avisos discretos à equipe via rádio ou sistema interno. Mensagens informativas para o público sobre a necessidade de seguir orientações do corpo técnico, se aplicável.

IMPORTANTE:

Após um desastre natural, a lona deve ser removida assim que cessar a entrada de água, pois seu prolongado uso cria um microclima úmido que provoca condensação, danos ao acervo e proliferação de fungos. Isso acontece porque a água acumulada na superfície da lona, resfriada pela chuva, cria um microclima úmido no seu interior. O ar quente e úmido preso sob a lona, ao entrar em contato com a superfície fria, condensa-se em gotas líquidas. Essa umidade excessiva pode danificar seriamente a materialidade das peças e, ainda pior, favorecer o crescimento de fungos.

Manter as chaves de salas e vitrines em claviculários fixados na parede para evitar perdas em inundações e garantir acesso rápido às áreas que precisam de verificação em qualquer emergência.



Contexto:

- Clima: Inundação começando nas ruas próximas, água ameaçando entrar no museu.
- Incêndio: Alarme de incêndio confirmado em uma área, fumaça visível, mas ainda contido.
- Segurança: Suspeita de objeto abandonado ou ameaça à segurança confirmada.
- Dano Estrutural: Rachadura aparente após tremor de terra leve, com risco de desabamento parcial.
- Tentativa de Furto/Vandalismo: Invasão de área restrita, mas ainda não houve subtração de bens.

Ações da Equipe:

- Início de evacuação do público e equipe não essencial.
- Acionamento imediato dos serviços de emergência externos (Bombeiros, Polícia, Defesa Civil).
- Proteção prioritária ao acervo (remoção para áreas seguras, se possível).
- **IMPORTANTE:** Definir e sinalizar a prioridade de salvamento do acervo.
- Fechamento de áreas específicas e bloqueio de acessos.
- Ativação de sistemas de combate (ex: em caso de princípio de incêndio acionar sistema de sprinklers, uso de extintores, se seguro).
- Equipes de resposta interna em posição e sob comando de uma pessoa previamente definida.



Contexto:

- Incêndio: Fogo fora de controle, alastrando-se rapidamente.
- Inundação: Água entrando no museu em grande volume, ameaçando coleções e estruturas.
- Ataque/Invasão: Invasores ativos no prédio, ameaça à segurança pessoal e de bens.
- Colapso Estrutural: Desabamento de parte do museu.

Ações da Equipe:

- Evacuação total e obrigatória de todos (público e equipe). Ninguém deve permanecer no local, a menos que seja um respondedor treinado para uma ação específica e segura.
- Controle de acesso e isolamento da área pela segurança externa.
- Foco em salvar vidas. A proteção de bens passa para segundo plano.
- Acompanhamento da situação de um ponto de encontro seguro (fora do museu).
- Coordenação total com as autoridades externas (Bombeiros, Polícia, Defesa Civil).

Comunicação: Sirenes de emergência, comunicação urgente para as equipes externas e internas para evacuação imediata.

IMPORTANTE

A reação a um alerta vermelho requer treinamento prévio e periódico para toda a equipe e, especialmente, a definição de comando da ação.



Contexto:

- Após um incêndio, inundação, desabamento ou ataque que resultou em danos significativos.

Ações da Equipe:

- Restrição total de acesso ao museu (apenas equipes de avaliação e recuperação autorizadas).
- Avaliação de danos às coleções e à estrutura.
- Início de processos de recuperação, conservação de emergência.
- Coordenação com seguradoras e peritos.
- Comunicação com a imprensa e o público sobre o estado do museu e próximos passos.

Comunicação:

- Comunicados oficiais sobre o fechamento do museu e os passos seguintes.

IMPORTANTE

Promover o hábito diário de gestão de riscos — acompanhando a previsão do tempo, adotando ações preventivas e mantendo a equipe preparada — é essencial para reduzir impactos de eventos extremos. Medidas simples, comunicação contínua e planejamento eficaz são as melhores ferramentas para enfrentar os desastres naturais que já vivenciamos e que tendem a se intensificar.

TABELA DE MATERIAIS DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS SUSCETÍVEIS À ÁGUA

Orgânicos - Papel e Celulose	
Exemplos	Papel, livros, documentos, gravuras, mapas, desenhos, papiro, casca de árvore
Suscetibilidade à Água	Alta
Danos Potenciais por Água	Deformação, manchas, sangramento de tinta, proliferação de mofo/fungos, degradação da celulose, perda de legibilidade
Recomendações de Prevenção e Manuseio	Armazenamento em ambiente com umidade controlada (50-60% UR), uso de invólucros e caixas de conservação sem ácido, manuseio com luvas, monitoramento de vazamentos.
Ações em Caso de Exposição à Água	Isolar imediatamente, não esfregar, secagem controlada (secagem ao natural, em local ventilado) ou (realizar o congelamento), fazer contato com conservador-restaurador.

Figura 1. Tabela da materialidade de papel e celulose. Autora: Doris Couto, 2025.

Orgânicos - Têxteis	
Exemplos	Algodão, linho, seda, lã, couro, fibras sintéticas, tapeçarias, vestuário histórico, bandeiras.
Suscetibilidade à Água	Alta (varia conforme a fibra e tratamento)
Danos Potenciais por Água	Manchas, encolhimento, deformação, perda de cor, proliferação de mofo/fungos, enfraquecimento das fibras, rigidez (couro).
Recomendações de Prevenção e Manuseio	Armazenar horizontalmente ou com suporte adequado, proteção contra poeira e luz, umidade controlada, uso de invólucros de tecido inerte, limpeza profissional.
Ações em Caso de Exposição à Água	Isolar, não torcer ou esfregar. Para têxteis úmidos, secagem à sombra, em superfície plana. Para couro, secagem lenta e controle de umidade. Contato com conservador-restaurador.

Figura 2. Tabela da materialidade têxtil e a resistência a água. Autora: Doris Couto, 2025.

Orgânicos - Madeira	
Exemplos	Esculturas, móveis, instrumentos musicais, objetos etnográficos de madeira, painéis pintados.
Suscetibilidade à Água	Média a alta.
Danos Potenciais por Água	Empenamento, rachaduras, inchaço, descolamento de camadas, proliferação de mofo/fungos, descoloração, apodrecimento.
Recomendações de Prevenção e Manuseio	Umidade e temperatura estáveis (evitar flutuações), proteção contra pragas, polimento e tratamento adequados, inspeção regular.
Ações em Caso de Exposição à Água	Secagem lenta e controlada, evitar fontes de calor direto. Se houver descolamento, não tentar fixar. Contatar conservador-restaurador.

Figura 3. Tabela da materialidade de Madeira e a resistência a água. Autora: Doris Couto, 2025.

Orgânicos	
Exemplos	Couro (tratado/não tratado), pergaminho, velino, penas, marfim, osso, chifre, âmbar.
Suscetibilidade à Água	Média a alta.
Danos Potenciais por Água	Rigidez, encolhimento, ressecamento (rachaduras), descoloração, proliferação de mofo/fungos, degradação.
Recomendações de Prevenção e Manuseio	Umidade controlada, evitar luz solar direta e flutuações bruscas de temperatura, limpeza suave.
Ações em Caso de Exposição à Água	Secagem lenta e controlada, sem calor direto. Para couro/pergaminho, evitar manuseio excessivo. Contatar conservador-restaurador.

Figura 4. Tabela da materialidade orgânica e resitência a água. Autora: Doris Couto, 2025.

Orgânicos - Pigmentos e ligantes	
Exemplos	Pinturas a óleo, aquarela, têmpera, guache (especialmente em suportes sensíveis como papel).
Suscetibilidade à Água	Alta (especialmente aquarela, guache).
Danos Potenciais por Água	Sangramento, manchas, craquelamento, descolamento da camada pictórica, perda de aderência ao suporte.
Recomendações de Prevenção e Manuseio	Umidade e temperatura estáveis, evitar contato direto com a água, proteção contra luz solar e flutuações.
Ações em Caso de Exposição à Água	Não tocar a superfície pintada. Manter horizontalmente. Contatar urgente conservador-restaurador.

Figura 5. Tabela dd pigmentos e resitência à água. Autora: Doris Couto, 2025.

Inorgânicos - Metal	
Exemplos	Ferro, bronze, prata, cobre, ouro (menos suscetível), ligas metálicas, joias, armas.
Suscetibilidade à Água	Média a alta (ferro, bronze, prata).
Danos Potenciais por Água	Corrosão (ferrugem, pátina indesejada), manchas, degradação da superfície.
Recomendações de Prevenção e Manuseio	Umidade controlada (idealmente baixa), proteção contra poeira e agentes corrosivos, uso de invólucros e armazenagem adequados, inspeção regular.
Ações em Caso de Exposição à Água	Secagem imediata e completa (ar seco, sílica gel). Não esfregar. Contatar conservador-restaurador para estabilização.

Figura 6. Tabela da materialidade de Metal e resistência à água. Autora: Doris Couto, 2025.

Inorgânicos - Cerâmica e Vidro	
Exemplos	Louças, vasos, objetos arqueológicos de cerâmica, vitrais, espelhos, garrafas.
Suscetibilidade à Água	Baixa (vidro, cerâmica esmaltada) a média (cerâmica não esmaltada, porosa).
Danos Potenciais por Água	Infiltração (cerâmica porosa), degradação de elementos decorativos (esmalte, pintura), descolamento de fragmentos restaurados, depósitos de sais.
Recomendações de Prevenção e Manuseio	Manuseio cuidadoso, armazenamento em superfícies estáveis, evitar choques térmicos, limpeza adequada.
Ações em Caso de Exposição à Água	Secagem ao ar. Em caso de descolamento de partes restauradas, não tentar montar. Contatar conservador-restaurador.

Figura 7. Tabela da materialidade de Cerâmica e vidro de prevenção à água. Autora: Doris Couto, 2025.

Inorgânicos - Pedra e Minerais	
Exemplos	Esculturas em pedra, rochas, minerais, fósseis.
Suscetibilidade à Água	Baixa (pedra compacta) a média (pedra porosa, arenito, mármore).
Danos Potenciais por Água	Erosão, eflorescência (surgimento de sais na superfície), proliferação de microrganismos, manchas, desagregação.
Recomendações de Prevenção e Manuseio	Estabilidade ambiental, evitar contato prolongado com água, limpeza adequada, monitoramento de umidade do ambiente.
Ações em Caso de Exposição à Água	Secagem lenta e controlada. Não esfregar. Contatar conservador-restaurador se houver deterioração.

Figura 8. Tabela da materialidade de Pedra e minerais de prevenção à água. Autora: Doris Couto, 2025.

Materiais Compositivos/Mistos	
Exemplos	Objetos com múltiplas categorias de materiais (ex: móveis com estofamento, caixas com partes de metal e madeira, objetos com incrustações).
Suscetibilidade à Água	Alta (diferentes materiais reagem de forma diferente).
Danos Potenciais por Água	Danos complexos e variados, potencial de danos em um material afetar outro (ex: ferrugem do metal manchando madeira).
Recomendações de Prevenção e Manuseio	Identificação de todos os componentes, planejamento de armazenamento e manuseio para o componente mais sensível.
Ações em Caso de Exposição à Água	Avaliação individual dos componentes. Ações de resposta devem priorizar o material mais vulnerável. Contatar conservador-restaurador.

Figura 9. Tabela dos compositivos e materialidades mistas de prevenção água. Autora: Doris Couto, 2025.

Materiais Fotográficos	
Exemplos	Filmes (nitrato, acetato, poliéster), fotografias em papel, daguerreótipos, ambrotipias, ferrotipias.
Suscetibilidade à Água	Alta.
Danos Potenciais por Água	Emulsão grudenta, descolamento da emulsão, manchas, sangramento de imagem, proliferação de mofo/fungos, degradação química.
Recomendações de Prevenção e Manuseio	Armazenamento em envelopes e caixas de conservação adequadas, umidade e temperatura controladas, manuseio com luvas, digitalização para acesso.
Ações em Caso de Exposição à Água	Não tocar a emulsão. Secagem controlada em ambiente limpo e ventilado. Não tentar limpar. Contatar urgente conservador-restaurador especializado.

Figura 10. Tabela de materiais fotográficos para prevenção à água. Autora: Doris Couto, 2025.

Materiais Plásticos (Históricos)	
Exemplos	Celuloide, baquelite, vinil, acrílico, PVC, polietileno.
Suscetibilidade à Água	Média (alguns podem ser porosos, outros reagem quimicamente).
Danos Potenciais por Água	Deformação, descoloração, rachaduras, perda de plasticidade, pegajosidade, liberação de gases corrosivos.
Recomendações de Prevenção e Manuseio	Umidade e temperatura estáveis, evitar luz UV, armazenar em invólucros adequados, inspeção regular de "doença do plástico".
Ações em Caso de Exposição à Água	Secagem ao ar. Não esfregar. Contatar conservador-restaurador, pois a intervenção em plásticos é complexa.

Figura 11. Tabela da materialidade de plásticos para prevenção à água. Autora: Doris Couto, 2025.

Galeria Contra a Corrente

Por Doris Couto e Solange Brum



Museu de Arte do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, RS. Foto: Couto, 2024.



Museu Visconde de São Leopoldo. S.Leopoldo, RS. Foto: Couto, 2024.



Museu do Trabalho - P. Alegre, RS. Foto: Couto, 2024.



Museu Municipal Professor Gustavo Koetz. Igrejinha/RS. Foto: Couto, 2025.



Museu Municipal Padre Daniel Cargnin. Acervo documental. Mata/. Foto: Couto, 2024.



Museu de Arte do Rio Grande do Sul. Acervo documental. P.Alegre. Foto: Couto, 2024.



Acervo de arquitetura FAM - coleção privada. Foto: Couto, 2024



Museu Municipal Professor Gustavo Koetz. Igrejinha/RS. Foto: Couto, 2024



Museu Padre Lucchino Viero. Exposição criada pelo MHJC. Muçum. Foto, Couto, 2025



MARGS - Nova Reserva Técnica. P.Alegre. Foto: Brum, 2025.



CAPÍTULO II

Relatos de experiências

Aline Escandil de Souza	63
Andréa Bachettini e Silvana Bojanoski	73
Eduardo Hahn	87
Jeniffer Cuty	97
Lucas George Wendt	108
Vanessa Barbosa Aquino, Vivienne Stephanou, Stheve Balbinotti, Débora Castilhos Pereira	126

AS ENCHENTES DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL - PARCERIA COREM 3R E SEM/RS

Aline Escandil de Souza¹

Em abril de 2024, fortes chuvas assolaram o Rio Grande do Sul, evento esse que mais tarde seria chamado de “as enchentes de 2024”. No final do mês de abril as chuvas começaram de forma torrencial e contínua, os rios subiram seus níveis como nunca tinha sido visto, pontes foram levadas pelas correntezas, sistemas de contenção que não funcionaram, cidades inteiras inundadas. A grande maioria dos órgãos públicos começaram ações em grande escala para poder abrigar as pessoas que perderam seus pertences, centenas de milhares de pessoas ficaram em abrigos por meses depois do ocorrido.

Eu particularmente fui atingida de forma integral, morava em São Leopoldo e meu apartamento alagou totalmente, felizmente tinha uma rede de apoio que me auxiliou em tudo que precisei na época. Evidentemente, perdi todos os meus pertences, mas a questão maior é que não era somente eu, mas um estado inteiro, perdendo seus objetos, suas fotos, lembranças e memórias. Foi um período em que a sensação de impotência se misturava com a necessidade urgente de agir. Por mais que eu tivesse perdido tudo, não conseguia me desconectar do que estava acontecendo ao meu redor. Ligava a TV e só via imagens de resgates de helicóptero, barcos improvisados, ruas virando rios e famílias inteiras tentando salvar o pouco que ainda restava. O barulho constante da chuva ficou gravado na minha memória, como um pano de fundo que parecia não ter fim. Essa atmosfera densa, pesada, mexia com todos nós, física e emocionalmente.

Como uma museóloga, uma profissional da cultura e do patrimônio, voltei minha atenção para a questão dos patrimônios culturais e históricos atingidos. Um setor inteiro do estado se mobilizou para salvar o maior número possível de acervos dos mais diversos, documentos das instituições, estatuários, e o próprio patrimônio edificado.

Atualmente sou presidente do Conselho Regional de Museologia 3ª Região (COREM 3R), que faz parte do Sistema COFEM (Conselho Federal de Museologia), tem em sua primeira finalidade o registro do profissional, a orientação, a disciplina e a fiscalização do exercício da profissão de Museólogo, entre outras competências, porém uma delas é em relação às medidas para a preservação dos espaços culturais, museais e patrimoniais da sociedade.

Com a gravidade das chuvas, uma das primeiras providências foi verificar se todos os nossos registrados estavam bem e seguros. Após isso encaminhamos e-mails para a nossa rede de contatos, colocando o COREM 3R disponível para todo o tipo de ajuda que fosse possível naquele momento de dor para milhares de pessoas no Rio Grande do Sul. Além dos e-mails, acionamos nossas redes sociais e grupos de WhatsApp, que ficaram à disposição para todos os órgãos públicos, repassamos informações, ajuda de “vaquinhas” on-line, informação de pontos de coleta para doações. Muitas vezes, a resposta que chegava era carregada de emoção — relatos de colegas que estavam sozinhos, sem equipamentos adequados, tentando resgatar peças molhadas e pesadas. Havia um clima de “fazer o impossível com o que se tem na mão”, e isso ficou muito evidente para mim. Era um trabalho feito por amor a nossa história e memórias compartilhadas através desses acervos, mas também com improviso e muito desgaste físico. A cada áudio recebido, eu percebia o tamanho do desafio e a importância de manter essa rede viva e atuante.

Houve grandes perdas, os números sobre a tragédia que assolou o Rio Grande do Sul atingiram uma soma imensa já nos primeiros dias. Conforme as águas avançavam, a preocupação por parte dos trabalhadores da cultura do Estado sobre os patrimônios atingidos só crescia, dia após dia. Nos grupos de WhatsApp que foram criados para esse debate, um deles se destacou com um trabalho bem ativo foi o “S.O.S Acervos - Colaboradores”. O que era muito debatido era como, em um momento de grande tristeza para as pessoas que perderam literalmente a casa e tudo que havia dentro, iríamos abordar esse assunto.

O Sistema Estadual de Museus (SEM), na época coordenado pela museóloga Dóris Couto, lançou um formulário on-line onde as pessoas colocavam seus dados, entre eles sua formação e sua localização. A ideia era que os voluntários pudessem ajudar de forma focada e assertiva junto ao SEM. Entrei em contato e disponibilizei os museólogos voluntários que já tinham conversado comigo. Todas essas ações aconteciam de forma remota, uma vez que as águas não tinham baixado ainda. Tivemos que esperar que as chuvas parassem e a água baixasse — foram dias e dias de espera e monitoração da situação.

Enquanto aguardávamos, trocávamos experiências e informações sobre métodos de salvamento de acervos em situações de desastre. Eu enquanto presidente do COREM 3R, participava de reuniões da manhã até a noite, algumas por ordem já estipuladas, outras pela situação de calamidade pública que o estado se encontrava. Alguns museólogos compartilhavam protocolos de secagem de documentos, outros falavam de experiências passadas em alagamentos menores. Esse intercâmbio foi essencial para que, quando os profissionais pudessem entrar nos locais atingidos, já tivessem uma estratégia, mesmo que adaptada à realidade precária naquele momento.

O COREM 3R se manteve atualizado sobre todas as situações e onde os museólogos estavam trabalhando enquanto voluntários. Enquanto instituição, acompanhamos as demandas, informamos onde havia material disponível, estávamos ajudando da forma que podíamos. No começo de junho, após as chuvas pararem e as águas terem baixado em 80% das cidades atingidas, começamos a contagem dos patrimônios atingidos. E não foram poucos — os centros de cultura, arquivos municipais, museus comunitários, museus municipais e estaduais e assim por diante. O cenário era praticamente igual por todo lado. A água baixou, mas a lama ficou, em todos os sentidos. O cheiro era quase insuportável, a cada passo os pés afundavam em um barro denso, misturado com lixo, fezes, restos de comida e com as memórias de uma vida. Uma cidade inteira, sua história, seus pertences, seu patrimônio, estava sob nossos pés e precisava de ajuda para poder ser salva. Nesse momento, quem

pôde voltou para casa — se ainda havia casa. Outros voltaram para ver a destruição. A pintura das paredes virou mancha marrom. A mobília estufada, os livros molhados, embarrados, os documentos irrecuperáveis. A vida de grande parte da população e das instituições reduzida a destroços.

É nesse cenário que os profissionais da cultura começaram os salvamentos nas instituições. As notícias que chegavam eram principalmente sobre o estado crítico dos acervos, mas também sobre a resiliência das pessoas que não desistiam. Vimos colegas, cobertos de lama até o joelho, sorrindo no meio da destruição porque tinham conseguido salvar uma caixa de fotografias, ou um registro antigo que não tinha cópia digital. Esses momentos, embora pequenos diante da tragédia, mostravam que ainda havia o que preservar — e isso nos movia. Toda essa movimentação foi mostrando que, a apesar de tudo, estávamos esperançosos com os acervos que podiam ser recuperados. Medidas e programas foram elaborados, para recuperação de fotos, manuais feitos às pressas para poder orientar os profissionais que trabalhavam nesses espaços e que não tinham a formação, mas queriam ajudar, afinal passaram boa parte da vida trabalhando mesmo que em setores administrativos desses locais.

No começo de junho quando as chuvas deram uma pausa, e com as estradas voltando a normalidade, recebemos uma demanda do SEM. Precisavam de voluntários na cidade de Montenegro para o salvamento de todo o acervo no Museu Histórico Nice Antonieta Schuler. O COREM 3R, enviou um e-mail a todos os registrados que gostariam de participar da ação de salvamento de forma voluntária, no final de semana de 21 a 23 de junho. Alguns responderam que sim, e se organizaram em como ir para a cidade de Montenegro. SEM e COREM 3R organizaram o transporte e hospedagem com a Prefeitura. Ao total fomos em 7 voluntários pelo SEM e COREM 3R, na cidade tivemos a ajuda da diretora da Dipahc (Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural), na época Juciele Rodrigues Paz e sua família. Entramos no museu na manhã do sábado dia 22 de junho de 2024.

Com o apoio dos colaboradores das Secretarias Municipais de Cultura, Desporto e Turismo, Educação e Gabinete do Prefeito, começamos a remoção do acervo, que estava no Museu, primeiramente para o Arquivo Municipal que foi preparado com limpeza e organização de uma reserva técnica provisória, para futuramente ser transferido em definitivo para a Estação da Cultura da cidade que não foi atingida pelas águas.



Figura 1. Museu Histórico Nice Antonieta Schuler e Arquivo Municipal.
Fonte: SEM/COREM 3R, 2024.

A equipe formada por museólogos, historiadores e colaboradores organizou, no Arquivo, uma reserva técnica improvisada para receber o acervo retirado às pressas do Museu. Esse espaço virou um refúgio temporário para as peças. Cada objeto passava por uma limpeza primária, feita com o cuidado de quem segura algo frágil não só pelo material, mas pelo significado. Era um trabalho que tinha que ser feito com maior atenção, muitas vezes debruçados sobre mesas improvisadas, retirando lama com pincéis, panos e água limpa.

Após essa primeira triagem, os profissionais voluntários (museólogos e museólogas) faziam uma avaliação minuciosa, anotando observações fundamentais para o futuro do acervo. Uma ficha de catalogação foi improvisada manualmente para que se pudesse ter o controle das peças do acervo.

Era ali que se decidia o destino de cada peça: quais precisariam de restauração especializada, quais exigiriam uma limpeza mais profunda, quais tinham sofrido dissociação — partes separadas que talvez nunca mais se encontrassem — e quais, para nosso alívio, haviam resistido intactas. O cheiro de mofo e terra molhada se misturava a concentração da equipe, afinal tínhamos só dois dias para todo o trabalho.



Figura 24. Retirada de peças para o arquivo. Fonte: SEM/COREM 3R, 2024.

Essa retirada e movimentação do acervo para a reserva técnica provisória era feita de forma totalmente manual. Os colaboradores ajudavam no transporte dos objetos mais pesados, enquanto os voluntários se encarregavam de triá-los, definindo o que já podia ser encaminhado e o que precisava permanecer no local. Dentro do museu, havia uma estação de separação do acervo, onde se avaliava quais peças exigiam maior atenção, cuidados específicos ou uma limpeza mais detalhada antes de serem deslocadas.

Dentro do museu, na estação de separação e triagem, tínhamos junto um espaço destinado à limpeza e aos primeiros cuidados com o acervo. Ali, o foco principal era o material bidimensional em papel, extremamente sensível à umidade. Organizamos mesas improvisadas, cobrindo-as com placas de papel de celulose e papel toalha, que ajudavam na absorção da água retida nas peças. Cada documento ou fotografia era manipulado com delicadeza, evitando que se rompesse ou deformasse ainda mais.



Figura 3. Organização da nova Reserva técnica provisória.

Fonte: SEM/COREM 3R, 2024.



Figura 4. Nova reserva técnica provisória.

Fonte: SEM/COREM 3R, 2024.

Ao lado dessa área, mantínhamos vasilhas para lavagem e limpeza mais detalhada, quando necessário. Depois desse processo, os documentos eram cuidadosamente dispostos para secar na posição horizontal, garantindo que não se enrolassem ou dobrassem com o tempo de secagem. Foi um trabalho meticuloso, mas essencial para aumentar as chances de preservação daquele acervo tão fragilizado pela enchente. Ao mesmo tempo que haviam voluntários nos documentos, outros ficavam catalogando a nova reserva técnica provisória, e outra parte na limpeza mais pesada dos tridimensionais.

Todos os voluntários usaram EPIs (Equipamento de proteção individuais), para que se evitasse ao máximo proteção contra as doenças que as enchentes trouxeram, na lama contaminada, e dos objetos que se misturavam.



Figura 5. Exemplo de fungo encontrada na ação de salvamento. Fonte: SEM/COREM 3R



Figura 6. Ações de salvamento no acervo documental atingido. Fonte: SEM/COREM 3R



Figura 7. Ações de salvamento no acervo mobiliário atingido. Fonte: SEM/COREM 3R

Essa ação de salvamento só aconteceu graças ao desempenho e ao comprometimento de cada pessoa envolvida. Foi um trabalho totalmente voluntário, apoiado por parcerias entre setores da cultura, do patrimônio e por profissionais do estado e da cidade de Montenegro. Em meio a um cenário tão devastador, essa união nos deu não apenas força de ação, mas também um sentido profundo de utilidade e pertencimento. Foram dois dias intensos, marcados por conversas, trocas de experiências e pelo desenvolvimento de uma verdadeira habilidade coletiva de trabalho em equipe.

Entre a lama, os objetos resgatados e o cuidado em cada gesto, também resgatamos algo nosso: a esperança. Ao final, ficou um grupo de WhatsApp que, até hoje, mantém viva essa rede — um espaço onde trocamos informações, ideias e estratégias para agir de forma mais rápida e efetiva diante de futuras emergências. Um ano depois, ainda não voltei a Montenegro, mas sei que, quando a oportunidade surgir, voltarei. Não apenas para rever o que ajudamos a salvar, mas para reencontrar as pessoas e o espírito de colaboração que, mesmo em meio ao caos, mostrou o melhor de todos nós.

Abaixo fotos da equipe toda em ação, museólogas: Aline Escandil de Souza, Alice Bemvenuti, Doris Couto, Elis Meister; museólogo Lauro Barbosa; diretora Juciele Rodrigues Paz, sua filha Eduarda e namorado; historiadora Sibeles Mezetti Humbert. Em momentos diferentes, primeiramente dentro da instituição e depois na parte de fora.



Figuras 8 e 9. Equipe de voluntários SEM/COREM 3R na mudança do acervo do Museu Nice A. Schuler.
Fonte: SEM/COREM 3R

Esse salvamento foi também fruto da parceria estabelecida na época entre o Sistema Estadual de Museus (SEM) e o COREM 3R, união que permitiu propor e aplicar o procedimento mais adequado possível diante das circunstâncias extremas. Cada decisão foi pensada para que o acervo tivesse a maior chance de preservação, garantindo que, mesmo após o esse evento climático, a instituição pudesse retomar suas atividades e iniciar seu processo de reconstrução pós-enchente. Mais do que uma ação técnica, foi um gesto coletivo de cuidado e responsabilidade com a memória, a cultura e a história que pertencem a todos nós.

NOTAS FINAIS:

1. Museóloga, Conselheira Presidente do COREM 3R, mestranda do PPGMUSPA/UFRGS.
E-mail: escandil@gmail.com

O PAPEL DO CURSO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS NAS AÇÕES DE SALVAMENTO DOS ACERVOS ATINGIDOS PELA ENCHENTE DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL

Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini¹

Profa. Dra. Silvana Bojanoski²

No mês de maio de 2024 aconteceu a maior catástrofe climática da história do estado do Rio Grande do Sul, com 96% dos municípios gaúchos atingidos por inundações, quedas de barreiras e deslizamentos de terra. As enchentes se prolongaram por um mês, tendo como resultado a dramática perda de 183 vidas, um número enorme de desabrigados, estradas interrompidas, aeroportos inativos e um grande impacto na economia do estado.

Naquele contexto de tanta destruição, inevitavelmente o patrimônio cultural foi atingido, resultando em acervos de museus, bibliotecas, arquivos molhados enlameados e contaminados pelas águas que demoraram mais de um mês para voltar ao seu nível normal. Também os acervos pessoais foram atingidos, com a perda de documentos, fotografias e objetos de valor afetivo, impactando diretamente nas memórias afetivas das pessoas e famílias. Após um ano, ainda é difícil estabelecer a dimensão dos danos e prejuízos em acervos e instituições decorrentes das enchentes.

A proposta deste texto é relatar as ações realizadas pelo curso de Conservação e Restauração da Universidade Federal de Pelotas – UFPel³, em parceria com outras instituições, atuando em equipes de resgate, orientando e divulgando procedimentos que pudessem reduzir os danos e resgatar os acervos e, posteriormente, atuando na restauração de algumas obras atingidas.

Compromisso com o patrimônio: a atuação do Curso de Conservação e Restauração da UFPel nas enchentes de 2024

O currículo do Curso de Graduação em Conservação e Restauração, alinhado aos cursos similares existentes no Brasil e às recomendações de documentos internacionais voltados para a formação do conservador-restaurador, tem como eixos a Conservação Preventiva, a Conservação Curativa e a Restauração, cada uma com suas especificidades, mas sempre complementares³. Os temas de prevenção, planos de emergência e de resgate e de gerenciamento de riscos fazem parte dos conteúdos de disciplinas ministradas ao longo do curso e dos projetos de ensino, extensão e pesquisa que formam os profissionais conservadores-restauradores. Eventos sobre prevenção e resgate foram organizados no âmbito do curso, podendo-se citar o I Encontro sobre ações de resgate de acervos culturais: Implantação do Comitê Regional do Escudo Azul, realizado em 2011, e o II Encontro sobre ações de resgate de acervos culturais: Gerenciamento de riscos, realizado em 2013.

A proposta de formar profissionais com conhecimentos e de fato preparados para agir em emergências é fundamental no atual contexto de mudanças climáticas e com a grande possibilidade de eventos similares ao que ocorreu no Rio Grande do Sul voltarem a acontecer aqui e em tantos outros lugares.

As enchentes ocorridas em maio de 2024 tiveram algumas especificidades que dificultaram muito a ação imediata de resgate dos acervos, considerando tanto o número de instituições atingidas como o fato de que os acervos permaneceram longo tempo submersos, apresentando alto nível de contaminação microbiológica.

Durante este tempo, seguia-se a premissa primordial do resgate de acervos: a prioridade é a segurança das pessoas e qualquer ação somente pode ser realizada quando não houver situações de riscos para acessar os acervos atingidos. Em um primeiro momento, a atuação possível foi difundir informações para orientar sobre os riscos à saúde das pessoas atingidas pelas enchentes e dos voluntários.

Professores, técnicos, alunos e bolsistas do Curso de Conservação e Restauração trabalharam na produção de materiais de divulgação. As ações, que contavam com os bolsistas do Programa de Educação Tutorial – PET Conservação e Restauro⁴, resultaram em textos e vídeos informativos com uma linguagem direta, curta e objetiva para serem divulgados nas redes sociais.

Em parceria com a Associação de Conservadores e Restauradores do Rio Grande do Sul – ACOR-RS⁶, foi organizado o grupo de WhatsApp denominado “SOS Acervos”, que resultou na participação de mais de 500 pessoas, incluindo voluntários e profissionais do Brasil inteiro, com intensa troca de informações e textos sobre resgate de acervos. Também foi divulgado um e-mail como canal de comunicação para atender e orientar a população sobre resgate de acervos. Essas eram as ações possíveis durante aproximadamente um mês, quando os acervos permaneciam inacessíveis e com as estradas ainda interditadas, inviabilizando a movimentação de voluntários.

A partir do momento em que se pode acessar os acervos surgiram grandes desafios, pois muitas instituições ainda estavam sem energia, faltavam materiais e equipamentos. A preocupação era realizar rapidamente a secagem dos materiais, uma vez que além dos danos já sofridos, em pouco tempo se tem o desenvolvimento de microrganismos, aumentando os danos nos materiais e, especialmente, o risco à saúde das pessoas em contato com os acervos.

No processo de secagem são usados papéis absorventes, materiais difíceis de se conseguir em grandes quantidades, especialmente naquele contexto de acesso precário às cidades gaúchas. A solução veio da parceria da UFPel com a Associação OTROPORTO Indústria Criativa⁷, a qual intermediou o contato com as empresas Sagres⁸, que atua na área de navegação marítima, e a CMPC Brasil, produtora de celulose. Junto à essas empresas se conseguiu a doação de 10 toneladas de placas de celulose, material altamente absorvente. Com o apoio do Núcleo de Transportes da UFPel a doação foi distribuída para muitas instituições.



Figura 1. Doação de placas de celulose pela OTROPORTO para UFPel.
Fonte: SOS Acervos, 2024.



Figura 2. Doação de placas de celulose pela OTROPORTO para UFPel.
Fonte: SOS Acervos, 2024.



Figura 3. Entrega das doações de placas de celulose em instituições de Porto Alegre.
Fonte: SOS Acervos, 2024.

Dando continuidade às parcerias, junto com a APOYOnline - Associação para a Preservação do Patrimônio das Américas⁹, foram abertas salas online com a participação de profissionais conservadores-restauradores para conversar com a comunidade e responder dúvidas.



Figura 4. Card para divulgação de salas online – parceria APOYOnline e UFPel
Fonte: SOS Acervos, 2024.

A partir desta iniciativa com a APOYOnline também foi realizada a palestra online "Desafios na contaminação de acervos", com a apresentação das professoras Dra. Fernanda Auada e Dra. Gertrudes Corção¹⁰. Neste momento muitos profissionais e voluntários estavam atuando no resgate de acervos e havia grande preocupação com os riscos de saúde pelo contato com microrganismos e outros contaminantes, devido ao longo período em que os acervos ficaram submersos e pelo contato com lama e esgoto. O objetivo era, uma vez mais, disseminar informações corretas e adequadas para todos que estivessem à frente das ações de resgate de acervos.

Assim que foi possível acessar os acervos inundados, o Museu da Arte do Rio Grande do Sul – MARGS solicitou uma visita dos professores do Curso de Conservação e Restauração para avaliar a situação do acervo com cerca de 4 mil obras em papel que foram atingidos pela enchente. A partir da situação encontrada, com tantas obras muito frágeis submersas por tanto tempo, foram organizados grupos de alunos que atuaram diretamente no resgate do acervo. A viabilização da ida dos alunos para Porto Alegre somente foi possível por conta da parceria entre universidades, com a disponibilização de alojamento na Casa do Estudante e refeições no Restaurante Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.



Figura 5. Grupo de Professores do Curso de Conservação e Restauração da UFPel na chegada a Porto Alegre para avaliação do acervo do MARGS, em 2024. Fonte: SOS Acervos, 2024.

Diante de tantas demandas, o Grupo PET Conservação e Restauro adaptou suas atividades para trabalhar no resgate dos acervos, dando continuidade às ações previstas no planejamento do grupo para o ano de 2024. Em ações, como SOS Acervos, alguns bolsistas foram deslocados para a capital Porto Alegre para o salvamento do acervo do MARGS e do Museu do Trabalho, sendo orientados por especialistas conservadores-restauradores, egressos e pelos professores do curso. Os bolsistas, além de adquirirem uma experiência técnica, puderam relatar suas experiências em eventos acadêmicos, como a Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão – SIIEPE, no Encontro Nacional dos Grupos PET – ENAPET e no Encontro Regional dos grupos PET da Região Sul – SULPET.

Outra atividade adaptada foi o Clube do Livro do PET-CR, cujo tema tratou do salvamento dos acervos. Foi realizada uma roda de conversa para a leitura das Recomendações para o Resgate de Acervos Arquivísticos Danificados por Água, publicado pela Câmara Técnica de Preservação de Documentos do Conselho Nacional de Arquivos. Os alunos também foram encorajados a escrever e publicar um artigo sobre as suas ações no Boletim PET Conservação e Restauro.

Ademais, a página do grupo no Instagram se manteve ativa e acabou sendo um contato direto com a comunidade através das publicações de conteúdos e vídeos elucidativos, tendo um papel importante na divulgação das informações.

Por fim, o Grupo PET Conservação e Restauro pôde transmitir o conhecimento teórico e prático adquirido aos colegas, ampliando o impacto formativo da experiência, através de oficinas ministradas na Jornada Estudantil do PET CeR que aconteceu em dezembro de 2024.



Figura 6. Parte do grupo de alunos do Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais da UFPel que atuaram no salvamento do acervo de obras de arte em papel no MARGS. Fonte: SOS Acervos, 2024.



Figura 7. Alunos do curso de Conservação e Restauração fazendo a separação de um conjunto de obras em papel molhadas, pertencentes ao acervo do MARGS. Fonte: SOS Acervos, 2024.



Figura 8. Obras em papel do MARGS em processo de secagem.
Fonte: SOS Acervos, 2024.



Figura 9. Resgate e secagem de obras em papel pertencentes ao
Museu do Trabalho. Fonte: SOS Acervos, 2024.

Após o resgate: recuperação e restauração de obras pertencentes ao MARGS

Em um primeiro momento, durante um mês, o trabalho de resgate nas instituições foi intenso porque a secagem das obras precisava ser feita rapidamente para evitar a proliferação de fungos e maiores perdas dos acervos. Posteriormente, existe a necessidade de recuperar as obras, que mesmo secas, apresentaram resíduos de lama e deformações. Neste segundo momento é preciso realizar a restauração das obras atingidas pelas enchentes.

No ano de 2025 foi firmado um Acordo de Cooperação Técnico-Científico entre o MARGS e UFPel por meio dos Laboratórios de Conservação e Restauração de Papel (Lapel) e Conservação e Restauração de Pintura (Lacorpi). O objetivo é restaurar 128 obras de arte em papel e 35 pinturas que fazem parte do acervo do museu que foram danificadas durante a enchente. Os procedimentos estão sendo realizados pelos alunos, sob a orientação dos professores e técnicos do curso, seguindo todas as etapas da metodologia da restauração, que consiste na documentação do estado da obra, realização de testes e exames, diagnóstico, definição e realização dos tratamentos necessários.



Figura 10. Obras do MARGS chegando nos laboratórios do Curso de Conservação e Restauração para a etapa de restauração. Fonte: Lacorpi, 2024.



Figura 11. Pintura sendo desembalada para iniciar o processo de restauração.
Fonte: Lacorpi, 2024.

As 35 pinturas de valor artístico e histórico foram severamente atingidas pela água, lama e ataques biológicos (fungos, bactérias e insetos), comprometendo não apenas sua integridade física, mas também sua legibilidade e significado simbólico. A restauração tem como foco a desinfecção e a estabilização dos materiais, mas principalmente na recuperação das camadas que compõem as pinturas, que são realizadas em diversos suportes como linho, algodão e duratex. Algumas já haviam sido restauradas anteriormente à enchente, apresentavam reentelamentos flexíveis com tecidos e rígidos com poliéster cristal. As bases de preparação e a camada pictórica das pinturas apresentavam áreas com perdas e desprendimento, muitas manchas de umidade e fungos, a restauração se faz necessária para sobrevida destas obras de arte tão significativas para arte gaúcha.

O acervo de obras em papel, apesar de tudo a que estiveram expostas e como resultado das ações de resgate corretamente realizadas, ainda que apresentem muitas marcas de lama e sujeira, ainda se encontram em relativo bom estado de conservação. Com os tratamentos de restauração, que incluem banhos,

planificação e restauração do suporte, irão recuperar a sua integridade e poderão novamente ser consultadas e expostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul consistiram em um evento climático inusitado, tanto pelo número de cidades e pessoas atingidas, como pela demora para as águas voltarem ao seu curso normal. A dimensão do desastre foi um grande desafio para a população, sociedade civil, dirigentes e instituições.

No campo do patrimônio, formou-se uma rede de profissionais e voluntários que trabalharam intensamente em um contexto tão adverso. O Curso de Conservação e Restauração da UFPel, em parceria com associações, empresas e instituições, buscou atuar a partir da sua expertise e experiências, contando com o seu corpo docente e técnico qualificado e com a forte participação de alunos e bolsistas. Neste contexto, o curso demonstrou sua capacidade de articular ensino, pesquisa, inovação e extensão em prol da preservação de bens culturais profundamente ligados à memória das comunidades afetadas. Vários alunos egressos do curso também participaram ativamente de muitas ações de resgate, muitos sendo posteriormente inseridos em projetos para a recuperação dos acervos atingidos.

A participação do curso de Conservação e Restauração mostra o compromisso com a preservação do patrimônio cultural em situações de risco e catástrofe, ao mesmo tempo em que proporciona uma vivência formativa intensa e concreta para os discentes envolvidos e reafirma sua relevância social, científica e formativa diante de emergências.

Como experiência fica o alerta da urgente necessidade para que lideranças, governantes, instituições e profissionais assumam a realidade das mudanças climáticas e considerem que novas ocorrências similares são prováveis e

possíveis. Estar preparados para novas ocorrências exige investimentos e recursos em tecnologias, infraestrutura e planejamento. A prioridade deve ser trabalhar na perspectiva da prevenção, assim como de respostas rápidas para as ações de resgate. E neste contexto, a formação de profissionais aptos e preparados é fundamental.

AGRADECIMENTOS

À ACOR-RS, Apoio Online, OTROPORTO, Sagres, CMPC Brasil, SEDAC-RS, MARGS, PET Conservação e Restauro, Instituto de Ciências Humanas e Núcleo de Transportes da UFPel, UFRGS, à Bolsista PET C&R Emanuele Souza Marques pela descrição das imagens deste texto.

NOTAS FINAIS:

1. Departamento de Museologia, Conservação e Restauro - Instituto de Ciências Humanas Universidade Federal de Pelotas. andreabachettini@gmail.com
2. Departamento de Museologia, Conservação e Restauro - Instituto de Ciências Humanas Universidade Federal de Pelotas. silbojanoski@gmail.com
3. Informações, currículo, projetos e notícias sobre o curso de Conservação e Restauração da UFPel podem ser acessados nos seguintes endereços:
<https://institucional.ufpel.edu.br/cursos/cod/5900> e
<https://wp.ufpel.edu.br/crbensmoveis/>
4. O Programa de Educação Tutorial (PET) é um programa do Ministério da Educação que visa estimular a formação integral dos alunos de graduação, incentivando a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Informações sobre o PET Conservação e Restauro estão disponíveis no endereço:
<https://wp.ufpel.edu.br/petconservacaoerestauro>.
5. Rede Social do PET Conservação e Restauro:
<https://www.instagram.com/petconservacaoerestauro/>

6. A Associação de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais do Rio Grande do Sul (ACOR-RS) é uma instituição sem fins lucrativos criada para dignificar a prática da conservação e restauração e proteger os profissionais Conservadores-restauradores de Bens Culturais do Rio Grande do Sul. Ver: <https://acorr.lojavirtualnuvem.com.br/quem-somos>

7. A Associação OTROPORTO Indústria Criativa é uma empresa que atua região do Porto da cidade de Pelotas, integrando empresas e projetos voltados para a integração entre economia, meio ambiente e comunidade, focando no apoio e desenvolvimento de iniciativas que gerem pertencimento, fruição, educação, formação e cidadania. Ver: <https://otroporto.com.br/quem-somos>.

8. A Sagres Agenciamentos Marítimos atua no ramo de navegação, estando presente nos portos de Rio Grande, Pelotas, Guaíba, Porto Alegre e Imbituba. Ver: <https://sagresrg.com.br/>

9. APOYOnline é uma organização sem fins lucrativos que tem como missão promover a comunicação, troca e desenvolvimento profissional no campo da preservação do patrimônio nas Américas e em países falantes do português e espanhol. Ver: <https://apoyonline.org/>

10. Fernanda Mokdessi Auada é conservadora-restauradora com doutorado no Instituto Pesquisas Energéticas e Nucleares, IPEN/SP sobre aplicação da radiação gama no combate a fungos em acervos em papel. Gertrudes Corção é microbiologista e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. A palestra "Desafios na contaminação de acervos" está disponível no canal YouTube da APOYOnline, no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=1kGhk0JzVfM>.

AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DA SEDAC APÓS A INUNDAÇÃO DE 2024

Eduardo Hahn¹

1. A DIMENSÃO DA CATÁSTROFE E A VULNERABILIDADE DO PATRIMÔNIO CULTURAL



Figura 44. Instituições da SEDAC inundadas. Montagem feita pelo autor, 2025.

O Estado do Rio Grande do Sul, marcado por fortes eventos históricos que formataram a sua identidade, enfrentou, em 2024, um de seus maiores desafios: fortes inundações, deflagradas por um período de chuvas excepcionalmente intensas que se iniciou no dia 27 de abril, e que se transformou em uma tragédia de proporções históricas. O fenômeno climático, que se estendeu por mais de dez dias, sobrecarregou, inicialmente, as bacias dos rios Taquari, Caí, Pardo, Jacuí, Sinos e Gravataí que, através de seus transbordamentos, causaram uma devastação em dezenas de municípios. Poucos dias depois, a confluência

desses rios na bacia do Guaíba, em Porto Alegre, resultou no seu transbordamento que submergiu grandes áreas da capital, incluindo o Centro Histórico onde se localizam algumas das principais instituições culturais geridas pelo Estado. A lista de instituições atingidas na capital se ampliou rapidamente: o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS), a Casa de Cultura Mário Quintana, o Memorial do Rio Grande do Sul, o Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, o Museu de Arte Contemporânea – 4º Distrito, e o Teatro do IPE. Ao mesmo tempo, alguns dias antes, no município de Arroio dos Ratos, a área do Museu Estadual do Carvão também foi atingida pelo aumento do nível das águas dos arroios circundantes. Todas as 06 edificações do complexo, incluindo o prédio do Arquivo da Mineração, com um acervo documental guardado em mais de 800 caixas de arquivo, foi inundado com até 1,7 m de água.

Cada uma dessas instituições, com arquitetura icônica ou acervos culturais inestimáveis, representava uma perda potencial não apenas para o Estado, mas para a história do Brasil. O desafio, que se apresentou a partir desse evento, não consistiu apenas na restauração das edificações danificadas, mas no ato de salvar a própria memória coletiva.

A água, em sua permeabilidade, penetrou em reservas técnicas, danificou edificações e suas infraestruturas elétricas e hidráulicas, comprometeu acervos documentais e tridimensionais, e deixou um rastro de lama, destruição e desânimo. Apesar disso, em meio à esta tragédia que se abateu sobre grande parte da sociedade gaúcha e sobre o seu legado cultural, observou-se o desenvolvimento de um forte movimento de resistência e uma força de resposta sem precedentes. Nesse sentido, os integrantes da Secretaria de Estado da Cultura, em conjunto com seus parceiros e com a comunidade, mobilizaram-se para o esforço de salvamento e recuperação que seria fundamental para o futuro do patrimônio cultural gaúcho. Desta forma, o drama da inundação se transformou em uma narrativa de recuperação, solidariedade e compromisso com a preservação da história e da arte. Este esforço sensibilizou, inclusive, grandes instituições como o Banrisul, que contribuiu de forma estratégica a este

processo através da doação de uma quantia significativa de recursos para a restauração de edificações e acervos danificados.

2. A ORGANIZAÇÃO E A LOGÍSTICA DO SALVAMENTO

Diante da urgência imposta pelo evento climático, a primeira e mais crucial etapa foi a organização para o salvamento. A SEDAC, ciente dos riscos e da necessidade de agir com rapidez e segurança, adotou uma abordagem estruturada e metódica, mesmo em meio ao caos. O processo começou com a busca de orientações sobre como proceder em emergências similares, combinando o conhecimento técnico de profissionais e o aprendizado de desastres anteriores. A prioridade imediata foi reforçar a segurança dos locais, isolando as áreas de risco e evitando acesso não autorizado.

A seguir, foi montada uma força-tarefa composta por uma equipe selecionada, que recebeu treinamento básico de segurança e em procedimentos de salvamento. A busca por fontes orçamentárias se tornou um imperativo, e a captação de recursos foi um dos pilares para viabilizar todas as ações subsequentes. A aquisição de materiais de salvamento e secagem de acervos úmidos, como papel mata-borrão, toalha, jornal, entre outros, foi feita de forma emergencial. Paralelamente, a segurança da equipe foi garantida com a compra de EPIs como botas, luvas e macacões impermeáveis, etc.

Neste processo, a logística foi um ponto crítico. Para tanto, foi definido, como espaço central de armazenamento de materiais, o Museu de História Julio de Castilhos (MHJC), servindo como uma base de operações para concentrar materiais e equipamentos. Também foi mobilizado, através da coordenação do Sistema Estadual de Museus, um processo de recepção de doações de materiais, que foram ali armazenados para posterior distribuição. Ao mesmo tempo, a proximidade do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa (MuseCom) com outras instituições atingidas o tornou o local ideal a instalação de um QG para a troca de uniformes e equipamentos, otimizando o tempo e a segurança dos

trabalhadores. A nomeação de um coordenador especializado em restauro para liderar o processo de salvamento dos acervos também foi uma decisão estratégica que garantiu a adoção das melhores práticas técnicas, evitando danos adicionais aos bens.

Com o recuo gradual das águas, a segunda fase do plano de emergência foi acionada: a retomada dos prédios. A primeira ação foi uma avaliação inicial e detalhada dos danos físicos existentes nas diversas edificações, seguida de uma rigorosa inspeção de suas redes elétricas, que ficaram parcialmente submersas e, por este motivo, estavam bastante comprometidas. Ao mesmo tempo, a definição de procedimentos de salvamento de acervos molhados foi ajustada à realidade e à natureza de cada um, sendo necessária a criação de espaços adequados para o seu armazenamento temporário. O trabalho de resgate de acervos, que incluía itens tridimensionais, documentos e mídias digitais, foi feito com a maior cautela. A limpeza básica e a retirada de entulho, neste processo, marcaram o início do longo caminho para a reconstrução, exigindo paciência, determinação e um esforço monumental de cada pessoa envolvida.

3. AS AÇÕES DE RECUPERAÇÃO POR INSTITUIÇÃO: MARGS E MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO

As ações de recuperação, conduzidas pela SEDAC, foram planejadas de forma individualizada para cada instituição, considerando as particularidades de seus acervos, a extensão dos danos e as necessidades específicas de cada prédio. O Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (MARGS), um dos mais importantes do Estado, foi um dos mais atingidos. Neste processo, a parceria assinada entre a SEDAC e a Associação de Amigos do MARGS (AAMARGS) se mostrou fundamental, no sentido de viabilizar a recepção, por parte da AAMARGS, de parte do recurso doado pelo Banrisul, que foi utilizado para as contratações necessárias para a recuperação física do museu. As primeiras intervenções concentraram-se na infraestrutura, com a revisão e recuperação da rede elétrica, do sistema de climatização e a limpeza profunda dos seus dutos,

essenciais para a conservação do acervo e a segurança do prédio. Uma das ações mais estratégicas executadas foi a execução de ações para a adaptação de duas salas do terceiro andar, antes utilizadas como espaços expositivos, para a instalação da nova reserva técnica, agora segura contra novas possíveis inundações.

Nesse novo espaço, foram restaurados os pisos e esquadrias originais, foram adaptados os sistemas de climatização, iluminação e fornecimento de energia, assim como foram instalados novos trainéis metálicos, cortinas de proteção contra a luz e forros e paredes de estrutura metálica e vidro, criando um ambiente seguro e adequado à conservação das obras de arte. Em 05 de agosto de 2025, o museu inaugurou sua nova reserva técnica, estando a mesma inserida no percurso de visitação pública do museu, como um espaço moderno e educativo ao público. A recuperação da rede lógica, de segurança e do PPCI (Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio) complementou as ações de infraestrutura. Além disso, a aprovação de um projeto no Fundo da Defesa Civil viabilizou a destinação de recursos para a recuperação física completa do andar térreo, onde será instalado o novo setor administrativo do museu.

Desde então, o MARGS também tem trabalhado, sistematicamente, no processo de recuperação de todo o seu acervo artístico, fato este que exigiu um esforço de restauração especializado. Para isso, foram executadas várias ações paralelas, como o estabelecimento de uma parceria com o Curso de Conservação e Restauro da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e foi aprovado um Plano Bianual 2025-2026, na Lei de Incentivo à Cultura Federal (Lei Rouanet), com recursos específicos para a restauração do acervo. Também foi instruído, com recursos do FUNRIGS, um processo administrativo para a contratação do serviço de uma empresa especializada em restauração de obras de arte, além da contratação, com recursos doados pelo Banrisul, de restauradores para a limpeza das esculturas do acervo e para o tratamento de obras de arte em papel nas dependências do laboratório de restauração do próprio museu. Desde o início deste processo, centenas de obras de arte já foram restauradas, em um esforço colossal conduzido por especialistas em restauração de bens culturais.



Figura 45. Soluções na recuperação de acervos atingidos pelas inundações.
Montagem feita pelo autor, 2025.

No município de Arroio dos Ratos, o **Museu Estadual do Carvão** também enfrentou um cenário de devastação pelas águas, tendo o seu acervo documental do Arquivo da Mineração gravemente atingido. Nesse processo, a resposta para a sua recuperação foi igualmente robusta. Uma parceria efetuada entre a SEDAC e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, permitiu que ele recebesse os recursos doados pelo Banrisul, garantindo a contratação célere do serviço de restauração de seis edificações impactadas, integrantes do acervo do museu (Sede Administrativa, Arquivo da Mineração, Auditório, Usina, Casa de Vigilância e Pavilhão), além da recuperação da entrada de energia.

Para salvar os documentos molhados, foram adotadas 3 etapas de recuperação. A primeira etapa consistiu na adoção da técnica de congelamento imediato, como forma de impedir a proliferação de fungos e bactérias sobre o papel. Durante o processo de congelamento, que durou alguns meses, foi definida a segunda etapa, após pesquisas e orientações técnicas obtidas com especialistas. Esse novo processo consistiu na aplicação de uma técnica de secagem em bloco

e desinfecção do acervo documental com ozônio. Para tanto, foi contratado o serviço de uma empresa especializada que montou um laboratório nas dependências do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, em Taquara. Após o processo de descongelamento e desinfecção controlado, que durou 4 meses, os documentos foram novamente armazenados em caixas e transportados ao Museu Estadual do Carvão, onde se encontram no andar superior do prédio da Usina. De lá, os documentos estão sendo gradativamente encaminhados para a terceira etapa de recuperação, que consistiu na criação de um laboratório de restauração de documentos nas dependências da Casa de Cultura Mário Quintana, em Porto Alegre. Neste local, todos os documentos, de forma individual, estão sendo revisados, passando por processos de limpeza, restauração, planificação, organização e digitalização. Essa ação não apenas garantiu a preservação de um acervo histórico vital, mas também modernizou a sua gestão.

Em paralelo à estas ações, também, foi contratado o serviço de restauração do acervo tridimensional do museu, efetuado por restauradores qualificados, assim como a elaboração do projeto para a construção de uma nova reserva técnica no local, que deverá ser elevada do solo, garantindo, desta forma, a segurança futura de todo o acervo do museu.

4. A RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA: CCMQ, MEMORIAL DO RS E MUSECOM

A Casa de Cultura Mário Quintana (CCMQ), um dos símbolos de Porto Alegre, sofreu danos consideráveis. Da mesma forma como em outras instituições, a parceria com a Associação de Amigos da CCMQ (AACCMQ) foi crucial para a retomada das atividades. O plano de recuperação da CCMQ focou na restauração da infraestrutura danificada, com a contratação de serviços para a revisão e recuperação da rede de entrada de energia, a restauração de esquadrias, pisos, forros, rebocos e revestimentos, pintura, instalações hidrossanitárias, instalação elétrica e o sistema de alarme.

Outra ação representativa, no contexto da CCMQ, foi a recuperação das salas de cinema da Cinemateca Paulo Amorim, espaços vitais para a cultura audiovisual gaúcha. Toda a infraestrutura desses espaços, incluindo pisos, revestimentos de paredes, cadeiras, telas de apresentação, equipamentos de projeção etc., foi renovada, atendendo, plenamente e com qualidade, as necessidades atuais da população.

O **Memorial do Rio Grande do Sul**, localizado na Praça da Alfândega, também foi duramente afetado pela inundação. A sua recuperação, no entanto, já estava em processo de planejamento antes da enchente, o que permitiu uma resposta coordenada. Uma das primeiras ações foi a assinatura de um Termo de Parceria com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que, a partir do recebimento de recursos de doação do Banrisul, contratou a recuperação da entrada da rede elétrica. Anterior a este processo, o Governo do Estado já havia assinado um Termo de Compromisso com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para, através do Programa PAC Cidades Históricas, destinar recursos para a contratação da obra de restauração integral do prédio. A enchente, portanto, não apenas reforçou a necessidade dessa obra, mas a tornou ainda mais urgente. A obra de restauração integral, já em execução, visa não apenas consertar os danos da inundação, mas também modernizar a infraestrutura do prédio histórico, garantindo sua longevidade.

No caso do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, o processo de recuperação foi efetuado com o apoio da sua Associação de Amigos que, da mesma forma com em outras instituições recebeu os recursos de doação do Banrisul. A partir deste fato, houve a possibilidade de contratação célere da recuperação da entrada de energia elétrica e dos espaços do porão e do hall de entrada, que foram inundados.

5. A PREVENÇÃO COMO PILAR PARA O FUTURO

Após a fase emergencial de salvamento e das primeiras ações de recuperação, a

SEDAC voltou seu olhar para o futuro, com o objetivo de transformar a vulnerabilidade em resiliência. A experiência da inundação deixou claro que a prevenção é a chave para proteger o patrimônio cultural de eventos climáticos extremos e de outros riscos. Nesse sentido, a principal iniciativa é a elaboração de Planos de Gestão de Risco para todos os museus da SEDAC, a Casa de Cultura Mário Quintana, o Memorial do Rio Grande do Sul e a Biblioteca Pública do Estado.

O processo de elaboração desses planos é meticuloso e abrangente. O primeiro passo é identificar e detalhar todos os agentes de risco aos quais as instituições estão vulneráveis, como alagamentos, inundações, enxurradas, mas também atentados, vandalismo, falhas de equipamentos de climatização, infestação por pragas, variações de temperatura, defeitos elétricos e até mesmo obsolescência tecnológica. Para cada um desses riscos, o plano deve detalhar os graus de perigo e as possíveis consequências.

A partir dessa análise, o plano de gestão de risco propõe medidas estruturais e não estruturais de prevenção, mitigação e controle. As medidas de resposta em emergências também são detalhadas, estabelecendo protocolos claros de ação. A consideração sobre a necessidade de elaboração de projetos de restauração específicos ou de construção de novas estruturas anexas, a partir de consultas aos órgãos de proteção para prédios e acervos tombados, asseguram que as ações sejam integradas e respeitem o valor histórico dos bens.

Outra medida de prevenção concreta e urgente é a execução de processos de **elevação da entrada da rede elétrica e do sistema de climatização** nas instituições. A inundação de 2024 demonstrou que a infraestrutura crítica de energia e climatização, localizada nos andares térreos, é extremamente vulnerável. A elevação desses sistemas para níveis mais altos, a salvo de futuras inundações, é uma medida estrutural definitiva que garantirá o funcionamento seguro e a preservação dos acervos, mesmo em cenários de novas cheias.

A experiência da inundação de 2024, embora trágica, serviu como um catalisador para uma nova era de gestão de riscos e preservação do patrimônio no Rio Grande do Sul. A união de equipes, voluntários, parceiros públicos e privados, e o apoio da comunidade, demonstrou que situações difíceis podem ser superadas. O esforço contínuo da SEDAC e de seus parceiros na recuperação e prevenção de seus acervos reforçou o compromisso de proteger a memória e a identidade gaúcha, se baseando no comportamento de um povo que, diante da adversidade, se ergueu com mais força e determinação.

NOTAS FINAIS:

1. Diretor de Memória e Patrimônio da Secretaria de Cultura do Rio Grande do Sul. E-mail: eduardo-hahn@sedac.rs.gov.br

AÇÕES SOLIDÁRIAS DO CURSO DE MUSEOLOGIA DA UFRGS-ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR DIANTE DA TRAGÉDIA

Profa. Dra. Jeniffer Cuty¹

O curso de Museologia da UFRGS, em seus quase vinte anos de existência, vem atuando em ações solidárias junto aos museus e às comunidades diversas que compõem a cidade de Porto Alegre e o estado do Rio Grande do Sul. A área da conservação preventiva, por sua vez, acompanhou o aprimoramento teórico e metodológico das duas últimas décadas, aproximando os conceitos do gerenciamento de riscos aos princípios da conservação em museus. A disciplina homônima a esta área desenvolve estudos acerca dos dez agentes de deterioração, desenvolvidos pelo Canadian Conservation Institute (CCI) e difundido pelo Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural (ICCROM), a fim de possibilitar aos graduandos a construção de um olhar apurado frente aos perigos e aos riscos em acervos museológicos, bem como uma postura crítica diante da necessidade de planejamento das ações de segurança e emergência. A segunda disciplina dessa área, denominada Práticas em Conservação Preventiva, desenvolve atividades junto aos museus, contando com convidadas especialistas de diversas áreas, como em ligas metálicas, cerâmica e artefatos arqueológicos.

O campo da Conservação, desde 2006, em âmbito internacional, passou a operar na perspectiva da chamada Ciência do Patrimônio (Heritage Science), o que nos possibilitou atentar para a construção de uma linguagem comum entre as áreas que atuam com a Conservação, sendo elas: as Ciências Sociais Aplicadas (onde está a Museologia), as Ciências Humanas e as Ciências Exatas. A linguagem comum salienta, ainda, a necessidade de valorização das distintas áreas que exercem atividades junto aos museus, identificando limites de atuação, ou seja, competências. Este é sempre um ponto de tensão do senso comum que coloca museólogos como

habilitados à intervenção na materialidade, o que é atividade exclusiva de conservadores-restauradores².

É a partir dessa postura ética diante dos acervos que o curso de Museologia realizou suas ações solidárias nas instituições afetadas pelas enchentes de 2024 no RS. Como docentes, fomos chamadas por profissionais do campo museológico a agir nos resgates de acervos atingidos pela tragédia climática. Mobilizamos estudantes por meio dos grupos de pesquisa, entre eles o GADH – Gestão de Acervos e Direitos Humanos, UFRGS, CNPq, liderado por mim e pelo professor Henri Schrekker, do Instituto de Química da UFRGS.

Assim que as águas baixaram na Cidade Baixa, em Porto Alegre, nossa primeira ação foi na Fundação Pão dos Pobres, orientando e executando a desinfecção dos ambientes que passaram a receber o acervo resgatado, o qual seria estabilizado e tratado futuramente. Formou-se uma equipe de voluntários, nessa instituição, liderada por museóloga e conservadora-restauradora.

Com o intuito de contribuir com um público maior, organizamos publicações no perfil do Instagram do grupo GADH (@gadh.ufrgs), com os seguintes temas: (a) procedimentos iniciais de salvamentos de objetos e documentos atingidos pela água; (b) tipos de materialidades que compõem os acervos; (c) os dez agentes de deterioração, segundo o CCI; (d) instâncias referenciais de produção e difusão de conhecimento sobre conservação de acervos; (e) ética na conservação de bens culturais; (f) definição e importância do Plano de Segurança e Plano de Emergência. Divulgamos nossas ações na Universidade, em canal aberto pela Pró-Reitoria de Extensão (Prorext) e no grupo de WhatsApp “SOS Acervos”.

Outra instituição que passou a receber nosso apoio foi o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo (MJF), o qual teve o seu acervo arqueológico, com mais de 80 mil itens, gravemente atingido pela inundação. Tendo o meu acompanhamento e do professor substituto do curso, realizamos ações contínuas de estabilização e secagem do acervo em materialidade distinta, graças à mobilização e ao empenho de estudantes de Museologia³.

Estas ações foram tão exitosas que as demandas do museu foram dispostas na forma de desafio aos estudantes e aos docentes em disciplinas de caráter obrigatório⁴ e eletivo⁵.



Foto 01: reunião com estudantes de Museologia e a equipe do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, referente às ações de secagem do acervo arqueológico atingido pelas enchentes de 2024. Foto: Jeniffer Cuty, abril de 2025.

1. CRIAÇÃO DO MUSEU DE PERCURSO DAS ENCHENTES – MUPE

Entre junho e outubro de 2024, pesquisadores do GADH, especialmente a jornalista e então estudante de Museologia, Leticia Heinzemann, bem como o jornalista e mestre em Ciências da Informação, Lucas Wendt, criaram o Museu de Percorso das Enchentes - MUPE⁶, na perspectiva ética de rememorar a tragédia (para que nunca mais aconteça). O projeto buscou identificar locais atingidos pelas enchentes de maio de 2024 nas cidades do RS, a começar por Porto Alegre, e sinalizar, fisicamente, com marcos e obras de arte, os pontos de maior elevação dos alagamentos.

O roteiro-piloto desenvolvido pela equipe do GADH abrange pontos icônicos do Centro Histórico de Porto Alegre e região de aterros (Ponte de Pedra, Praça dos Açorianos, Escola de Administração da UFRGS, Usina do Gasômetro, Cais Mauá, Rua dos Andradas, Praça da Alfândega e instituições ali localizadas, Mercado Público e Estação Mercado da Trensurb). Visando a transformação desse percurso em uma proposta de caminhada cultural integrante do MUPE, foi realizado um levantamento de dados sobre cada ponto do trajeto (instituições, prédios e espaços), observando aspectos históricos, urbanos, sociais e o contexto

da enchente. Um teste da caminhada foi realizado em agosto, em preparação ao seu lançamento junto à programação do Dia Estadual do Patrimônio Cultural. Complementarmente, foram realizadas reuniões periódicas com demais membros do projeto para acompanhamento da elaboração do logotipo e do website do MUPE, assim como a viabilização de recursos para ampliação e manutenção da proposta por meio da elaboração de projeto para captação via leis de incentivo.

Esta iniciativa dialogou com o trabalho de conclusão de curso de Leticia Heinzelmann⁷, bem como em sua pesquisa de mestrado, iniciada em 2025, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS. Foram ainda publicados artigos no Jornal da Universidade (JU), durante a tragédia climática e ao longo das ações do GADH.

Cabe salientar a permanente pesquisa realizada pela bolsista, doutora em artes, Daiana Schropel, e um dos subgrupos do GADH (com membros de formação distintas), dedicado à Ciência de Dados⁸. Foram identificadas duas plataformas com dados relevantes a pesquisa, desenvolvidas por pesquisadores da UFRGS, sendo elas Cientistas pelo RS e (Re)Cria RS; ainda localizamos dezenove decretos publicados pelo poder público estadual durante o mês de maio; cento e quarenta e nove notícias publicadas em jornais online, filtradas por meio da palavra-chave “enchentes rs”; cento e oito publicações de dados e notas técnicas disponibilizadas pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS – IPH e pela empresa MetSul Meteorologia.

2. PLANO DE EMERGÊNCIA PARA O MUSEU DE PORTO ALEGRE

JOAQUIM FELIZARDO (MJF)

No semestre letivo 2024-2, ofereci a disciplina Tópicos Especiais em Preservação, com caráter eletivo aos discentes do curso de Museologia. A disciplina contou com a participação das estudantes: Goreti Costa Butierres, Isabela Artioli, Maria Júlia Rosa de Moura, Patrícia Gabriela Machado Barbosa e Rafaella de Oliveira Santos. Realizamos a pesquisa na internet de diversos museus nacionais e internacionais, a fim de localizar planos de emergência que pudessem servir de referência à elaboração do plano a ser entregue ao MJF.

Convidamos a museóloga Doris Couto, coordenadora do Sistema Estadual de Museus (SEM RS), bem como a museóloga Bárbara Hoch e a estudante Amanda Donay, para que trouxessem relatos de experiências sobre dificuldades que enfrentaram durante o trabalho de resgate de acervos. As principais dificuldades

elencadas pelas palestrantes ocorreram por falta de planejamento e preparo das equipes que atuam nos museus e pela falta de planos de contingência e de emergência para os museus.

Conforme relato das convidadas e citando o Plano de Emergência que foi elaborado na disciplina, surgiram, durante os resgates dos acervos, as seguintes questões: Qual o tipo de acervo existe na instituição afetada (tipologia, materialidade, técnica de fabricação, trajetória, peso); O que não fazer em uma situação de crise e altos riscos? O que fazer inicialmente? Devemos retirar ou não os objetos da água? Como realizar ações sem acompanhamento especializado para não gerar um dano muito maior? Há um guia prático com orientações em situação de sinistro ou alguém da equipe do museu para coordenar e orientar as ações? Após retirar da água, o que fazer com os objetos? Se tem EPIs (Equipamento de Proteção Individual) e kits de emergência com material de proteção para os voluntários e material de proteção para as obras, onde estão, quem é a pessoa responsável? Há um cadastro de voluntários e de entidades parceiras com conhecimento em museologia ou transporte de obras de acervos?

Com base nas experiências relatadas e na pesquisa das estudantes, elencamos os seguintes aspectos para o Plano de Emergência do MJF:

- Criação de um Comitê de Gestão de Riscos, que realizará diagnósticos, plano, programas, projetos e ações, bem como providenciará treinamentos contínuos da equipe do museu que deve ser interdisciplinar, incluindo terceirizados(a) que atuam no espaço (vigilantes, equipe de limpeza, estagiários, motoristas, técnicos em tecnologia da informação, etc), de parceiros da comunidade, e de funcionários de outras secretarias que se disponham a ajudar em emergências (Segurança do trabalho, CIPA, EPTC, de viaturas, zeladoria, guarda municipal, saúde, DMAE e outras);
- Criação de uma rede entre museus com tipologias similares para troca de informações e conhecimento técnico sobre gestão de riscos e planejamento de segurança e emergência. O diálogo poderá acontecer por mídia social como WhatsApp, que precisa ser atualizado periodicamente;

- Listar museólogos(as), arquitetos(as), e outros(a) profissionais como geógrafos(a) e engenheiros(a) que possam ajudar em uma avaliação mais apurada da situação e, sobretudo, na prevenção de danos futuros; manutenção de contato periódico com esses profissionais e uma lista com nome, telefone, e-mail e local de trabalho sempre atualizada: Ter, ainda, uma lista atualizada de fornecedores de materiais para embalagem e transporte de acervo atualizada;
- Elaborar um formulário de cadastro de voluntários e fornecedores com campos definidos que identifique competências e que seja de conhecimento da equipe interdisciplinar; etiquetar os objetos (nos invólucros) com informação do peso, a exemplo do existente no Museu de História da Medicina (MUHM);
- Considerar a hipótese de identificar os objetos, em seus invólucros, por cores, as quais indicariam a materialidade (ex: cerâmica, ligas metálicas, plástico, vidro). O manuseio do acervo em uma situação de emergência somente pode ser realizado por profissionais da área, a fim de evitar maiores danos ou até mesmo o descarte indevido dos objetos.

A proposta do plano foi evitar a localização de acervo no térreo, utilizando-o para atividades sem acervo, como palestras ou mesmo exposições temporárias, na preservação contra os seguintes agentes: água e criminosos.

No segundo andar (onde está a exposição de longa duração), propõe-se que seja criado um zoneamento, respeitando as orientações do CCI, que nos apresenta zonas públicas, zonas de operações (onde o público pode circular) e zonas de acesso restrito e alta segurança, na preservação do agente: criminosos. A seguir, dispomos as plantas baixas com as áreas determinadas (Figs. 01 e 02):

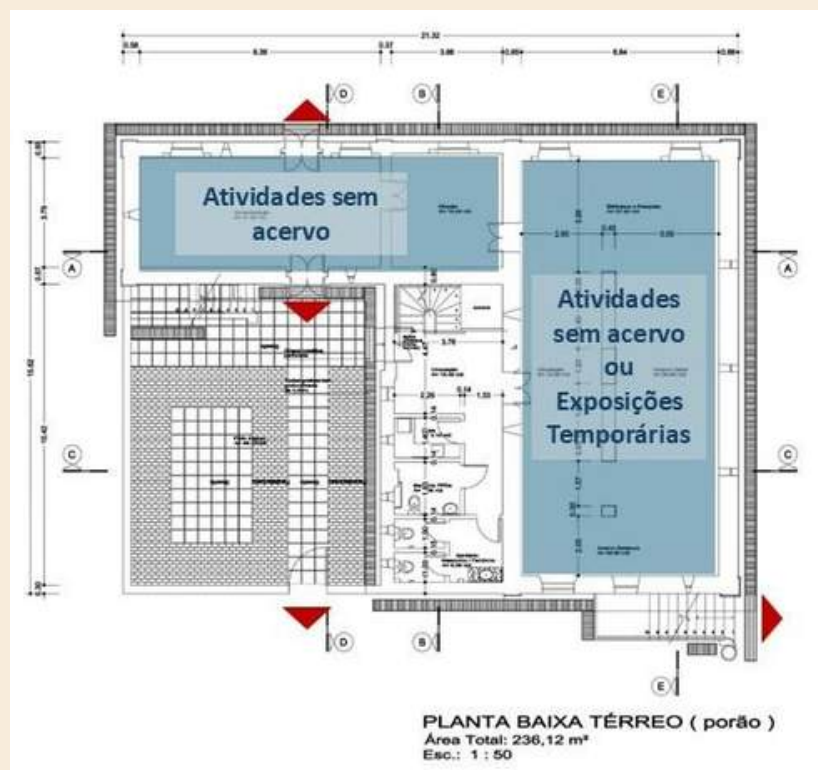


Figura 1. Planta baixa do térreo do Museu Joaquim Felizardo

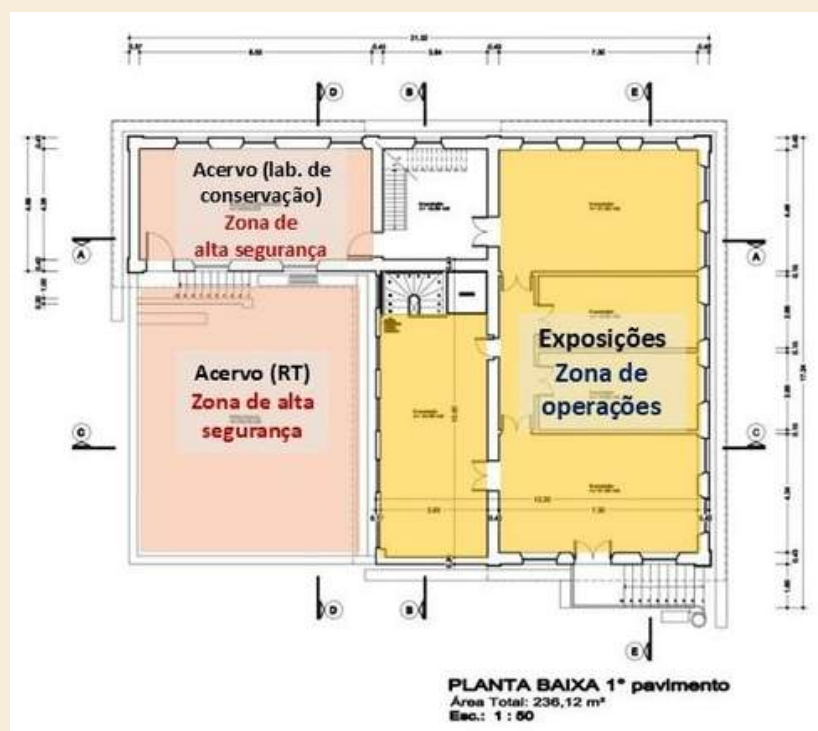


Figura 2. Planta baixa do 1º pavimento do Museu Joaquim Felizardo

O plano ainda apresenta uma proposta de estudo de valoração do acervo:

“A Conservação Preventiva tem como foco central o estudo do comportamento dos materiais⁹ e suas fragilidades, potencializadas ou não pelas condições ambientais. Aqui cabe citar o conceito de microambiente e microclima¹⁰ que se aplica a análises microscópicas, mas também à investigação de fatores de degradação no contexto urbano, geográfico e topográfico do museu. Assim, este plano propõe como esquema inicial para o estudo de valoração os seguintes campos (Quadro 1)”:

Objeto	Trajetória (no Museu e no contexto nacional e internacional). Raridade	Materialidade (ex.: orgânico, celulósico) e técnica de fabricação	Peso	Fragilidades
--------	---	---	------	--------------

Figura 3. Estudo sobre valoração do acervo. Fonte: Das autoras, 2024.

O plano ainda contou com os seguintes capítulos: avaliação de riscos, aplicação de medidas protetoras, procedimento operativo, recuperação, análise dos dez agentes de deterioração no MJF, materiais importantes para uso em resposta a emergências, fichas para proteção de coleções diante emergência, tendo como principais referências planos de emergência de museus como o Picasso Málaga e Prado (Espanha).

No primeiro semestre de 2025, em Práticas em Conservação Preventiva, os estudantes matriculados na disciplina puderam experienciar as ações de estabilização e secagem dos objetos arqueológicos atingidos pela enchente e, com isso, comprovar a necessidade de planejamento das ações de segurança, emergência e estudos de riscos em museus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tragédia climática de 2024, no RS, evidenciou a necessidade urgente da implementação de uma cultura de planejamento para emergência e gestão de riscos em museus.

Há uma resistência própria da nossa sociedade em planejar ações a médio e longo prazo, mas precisamos passar a agir nessa perspectiva. Museólogas e museólogos são gestores do patrimônio e, como tal, desempenham um papel central de articuladores e mediadores entre as distintas áreas e os diversos ofícios presentes em museus.

A catástrofe ainda nos alertou para um trabalho permanente em rede, o qual é genuinamente interdisciplinar. Nós, docentes e estudantes, revelamos uma capacidade significativa de auto-organização e de mobilização diante dos desafios que esse evento extremo nos colocou. Enfrentamos os nossos receios em estar em lugares com contaminações diversas, mas seguimos nos conectando a fim de reduzir as perdas. O trabalho que decorre desse período pode e deve marcar uma mudança de paradigma junto aos acervos, no sentido da obtenção de maiores recursos para ampliação das equipes; para capacitação de servidores, funcionários e estagiários; para elaboração e implementação de planos diversos, como de segurança, de emergência, contra infestação de pragas, entre outros e, sobretudo, para a identificação das características de cada museu e de suas coleções, buscando conhecer materiais e técnicas, trajetórias dos objetos e gerenciar riscos.

NOTAS FINAIS:

1. Decana do Curso de Museologia da UFRGS. Arquiteta e Urbanista, Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela UFRGS. Graduanda em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS. Líder do grupo de pesquisa GADH – Gestão de Acervos e Direitos Humanos, UFRGS, CNPq.
2. Salienta-se a atuação da museóloga Bárbara Hoch, da conservadora-restauradora Diana Bulcão e do arquiteto Lucas Volpato.

3. Cabe destacar o empenho dos estudantes: Aline Yoshie Goto, Ana Ines Arce (também é servidora do Museu de Porto Alegre), André Schwarz, Caio Moreira, Isolina Martins de Aquino Soder, Joiciele Santos de Melo, Júlio César Rangel Trindade, Marcia Severo Spadoni, Mari Sany Mattos Brasil e Sinara Almeida de Oliveira. A bolsista do projeto de extensão é Daiane Brum Bitencourt (doutora em Arqueologia pela USP e graduanda em Museologia, UFRGS). Registramos o agradecimento à atenção da museóloga e servidora do MJF, Luciana Brito.
4. A disciplina BIB03238 – Práticas em Conservação Preventiva desenvolveu uma parte de suas atividades junto ao Museu de Porto Alegre, no semestre 2025-1, a fim de colocar os estudantes diante de uma situação real pós-desastre.
5. Em 2024-2, a Profa. Jeniffer Cuty ministrou a disciplina Tópicos Especiais em Preservação, tendo como objeto de estudo a proposição do Plano de Emergência para o Museu de Porto Alegre, o qual foi elaborado e entregue à equipe do museu no final do semestre.
6. O museu está disponível em: <https://www.ufrgs.br/museudasenchentes/>.
7. TCC intitulado O Muro da Mauá e a Memória das Enchentes, defendido em janeiro de 2025. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/280397>. Acesso em 15 jun. 2025.
8. Destacamos a atuação dos pesquisadores Bruno Luce e Lucas Wendt, nessa tarefa.

9. É recomendada a leitura de: SOUZA, Luiz Antonio e FRONER, Yacy-Ara. Reconhecimento dos materiais que compõem acervos. Belo Horizonte: EBA, UFMG, 2008 (Tópicos em Conservação Preventiva; 4).
10. Cabe ler: CAVICCHIOLI, Andrea, ALEGRE, Priscila Leitão Denardi. MARTINS, Ariel Guilger Simões. Microambientes e conservação preventiva em áreas indoor: o caso do espaço interior não climatizado da Casa de Dona Yayá, em São Paulo. Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, vol. 25, n.3, p.291-340, set-dez.2017.

URGÊNCIA DE MEMÓRIA: REFLEXÕES SOBRE AS ENCHENTES DE SETEMBRO DE 2023 E MAIO DE 2024 NO VALE DO TAQUARI

Lucas George Wendt¹

INTRODUÇÃO

O Vale do Taquari, uma das regiões mais emblemáticas do interior do Rio Grande do Sul, tem sido historicamente marcado por sua geografia moldada pelas águas. Composta por uma paisagem de rios, encostas e várzeas férteis, a região sempre conviveu com a presença do Rio Taquari e de seus afluentes — presença que, embora generosa para a agricultura e para o modo de vida local, também impõe riscos periódicos sob a forma de enchentes.

A cheia de 1941, até pouco tempo atrás considerada o maior evento do tipo, havia se consolidado como uma referência simbólica para as gerações mais antigas. Ela era lembrada por meio de relatos orais, algumas reportagens e registros pontuais, como as placas instaladas pelo Colégio Evangélico Alberto Torres (CEAT), em Lajeado, marcando os níveis atingidos pelas águas.

Contudo, os eventos de setembro de 2023 e maio de 2024 romperam qualquer noção de excepcionalidade. Com uma frequência e intensidade inéditas, as novas enchentes não apenas superaram os recordes históricos de volume d'água e destruição, mas revelaram a fragilidade estrutural de uma região que, por muito tempo, se acostumou a lembrar sem, no entanto, transformar essa lembrança em ação coletiva ou em políticas públicas estruturantes. O que era outrora memória pontual — passada de pai para filho, mantida em crônicas — deu lugar à urgência de um novo pacto de memória, no qual recordar não é mais uma opção, mas uma estratégia de sobrevivência e reconstrução.

Nesse cenário de perdas físicas, emocionais e simbólicas, surgiu uma "outra

arquitetura" de reconstrução, menos tangível que as pontes, estradas ou habitações, mas igualmente vital: a reconstrução dos laços comunitários, a afirmação da identidade regional e a elaboração coletiva da memória como um bem comum. Essa reconstrução não parte apenas do poder público ou das instituições formais, mas também de movimentos espontâneos: mutirões de limpeza que se tornam rituais de cura; cadernos escolares resgatados da lama que ganham status de documento histórico; registros fotográficos caseiros que ajudam a reconstituir a cronologia dos eventos.

A partir dessas vivências, este texto propõe uma reflexão sobre as práticas de memória que emergiram das enchentes no Vale do Taquari, entendendo-as como estratégias de resistência comunitária e de enfrentamento aos efeitos profundos — e muitas vezes silenciosos — da destruição. Pretende-se destacar as múltiplas formas — formais, oficiais e espontâneas — pelas quais comunidades afetadas têm registrado, narrado e atualizado suas experiências traumáticas, mobilizando saberes locais, afetos partilhados e redes de solidariedade. Tais iniciativas constituem não apenas modos de se proteger contra o esquecimento, mas formas de reconfigurar o território afetado a partir de suas histórias de vida, perda e reconstrução.

Nesse processo de elaboração coletiva da memória, os museus — especialmente aqueles de caráter comunitário, municipal ou territorial — podem assumir protagonismo. Como espaço de construção de narrativas e articuladores de sentidos, eles podem funcionar como pontos de ancoragem para a reconstrução simbólica que emerge da memória após eventos extremos. Diante das enchentes e de eventos de outras ordens, sua missão não se limita à proteção física dos acervos, mas se amplia para acolher e integrar os registros emergentes. Ao reconhecer o valor documental e afetivo dessas expressões como as que serão descritas ao longo deste texto, os museus se tornam espaços de ressignificação do trauma e dos momentos de dor, bem como de reconstrução — não apenas daquilo que foi perdido, mas também daquilo que resiste e se reinventa.

Neste nexo, as instituições museológicas podem atuar como plataformas de articulação entre a memória espontânea e as políticas de preservação.

Incorporar memórias vivas — muitas vezes frágeis, fragmentadas, mas carregadas de sentido — é um gesto de resistência ao apagamento e uma forma de reimaginar o futuro do território a partir da sua própria experiência. Nesse sentido, a emergência que atinge os museus não é apenas de ordem física, mas também ética: preservar é, antes de tudo, reconhecer e cuidar da memória viva que brota no meio dos escombros.

Histórico de enchentes na região e o que foi feito até então em termos de memória

O Vale do Taquari, localizado no Rio Grande do Sul, é uma região que, historicamente, enfrenta problemas com enchentes. Recentemente, esses episódios se tornaram mais extremos e abrangentes. O exemplo mais emblemático até 2023 havia sido uma enchente em 1941, a mesma que é referida como um episódio marcante na história de Porto Alegre e, na região do Vale do Taquari, igualmente teve impacto. Presente na memória individual e na tradição oral das pessoas mais antigas do Vale, algumas poucas das quais ainda vivem, o evento pouco foi rememorado de forma oficial, o que acreditamos ser decorrência, justamente, desse distanciamento histórico do evento que já tem oito décadas.

Uma única ação mais ostensiva pode ser citada. O Colégio Evangélico Alberto Torres (CEAT) está situado na Rua Alberto Torres, número 219, no município de Lajeado. O edifício onde se encontram os registros históricos das cheias está a menos de 1 km, em linha reta, do rio Taquari. As inundações no local ocorrem devido à elevação do nível do rio Taquari, que transborda e atinge o vale do Arroio do Engenho — um pequeno afluente do Taquari, atualmente canalizado e que passa ao lado da escola. Na escola, foram posicionadas placas que têm por objetivo registrar os níveis das cheias que atingem o local.

A construção do prédio que abriga o pilar com as marcas das enchentes data de meados das décadas de 1960 a 1970. Isso indica que os registros de enchentes anteriores a esse período foram inicialmente feitos em outro ponto e, mais tarde, transferidos para o pilar atual. No entanto, não há dados disponíveis sobre como essa transferência foi realizada. Um dado adicional fornecido pela diretoria do colégio informa que o prédio foi projetado com a viga e o piso das salas de aula posicionados acima da cota máxima alcançada pela grande cheia de 1941, como medida preventiva².

Além de ser uma iniciativa esparsa e posicionada num local onde poucas pessoas circulam além do público da escola, trabalhos acadêmicos, que são absorvidos por um público mais restrito, também foram feitos sobre essa enchente na região³ e sobre outras também⁴. A mídia recorrentemente retratou o evento de 1941 ao longo do tempo^{5 6 7}. O que acreditamos que possa ter mantido a memória viva do evento, mesmo que de maneira episódica.

Os episódios de setembro de 2023 e maio de 2024

Antes de 2023, as maiores cheias registradas na região foram a de 05/05/1941 - 28,32m (atualmente em quarto lugar lista dos eventos de maior impacto); e a de 04/04/1956 - 27,26m (que ocupa o quinto lugar)^{8 9}. Já entre setembro de 2023 e maio de 2024, o Vale do Taquari tornou-se palco de uma dança trágica entre terra e água. As enchentes que varreram esta região gaúcha, berço da agricultura familiar e guardiã de tradições centenárias, escreveram nas águas turvas do rio Taquari uma narrativa de perdas e renascimentos que ecoará por gerações.

Os números falam por si: em 2 de maio de 2024, o rio alcançou a marca histórica de 33,11 metros em Lajeado, superando todos os registros anteriores. Antes dele, em 5 de setembro de 2023, as águas haviam subido a 28,98 metros, seguidas por outros episódios marcantes em 19 de novembro de 2023 (28,39m) e novamente em 13 de maio de 2024 (27,24m). Ou seja, das 6 maiores cheias

registradas na região, 4 haviam ocorrido num intervalo entre 8 meses.

Nas telas de televisão de todo o país e até mesmo noticiário internacional^{10 11 12} as imagens se sucediam como quadros de uma exposição involuntária. O Rio Grande do Sul, e em particular o Vale, já familiarizado com as cicatrizes dos desastres naturais, deparou-se com uma intensidade e frequência que desafiavam qualquer precedente.

Do lodo e dos destroços, contudo, floresceram iniciativas que buscavam dar forma poética à dor coletiva: projetos escolares que transformavam trauma em aprendizado, documentários que teciam narrativas sobre o que aconteceu, arquivos digitais espontâneos que preservavam fragmentos de memória, exposições fotográficas que eternizavam instantes de coragem, rituais religiosos que ofereciam conforto espiritual, livros e projetos memorialísticos dos mais diversos.

Paralelamente à reconstrução das estruturas – as casas, estradas e escolas que precisavam renascer –, iniciou-se uma outra arquitetura, menos palpável mas igualmente vital: a restauração dos laços comunitários, da identidade regional e a construção de uma memória coletiva dos eventos que, ostensivamente, auxiliam a criar resiliência.

Este texto convida à reflexão sobre como as práticas de memória que emergiram das enchentes do Vale do Taquari se constituem como estratégias de resistência comunitária. Serão examinadas múltiplas formas – formais, oficiais e espontâneas – pelas quais as comunidades registraram, narraram e ritualizaram suas experiências traumáticas. Assim, buscamos desvelar como mobilizaram seus saberes, seus afetos e suas redes de solidariedade para enfrentar os danos materiais visíveis, mas as feridas invisíveis que a tragédia imprimiu na existência coletiva.

A pergunta que move a escrita deste texto é ao mesmo tempo simples e

complexa: de que maneira o ato de lembrar se transmuta em força de resistência? Como a memória, essa criadora de sentidos, consegue converter-se em energia vital para o presente e em horizonte de possibilidades para o futuro?

A abordagem parte do princípio de que a memória não é estática, sendo um campo de disputas e de criação de significados que pulsa no tempo presente, partindo do passado, e que pode dizer muito sobre o futuro. Diante da crescente intensificação dos eventos climáticos extremos, torna-se imperativo imaginar políticas e práticas de cuidado que transcendam as respostas emergenciais e a reconstrução material, abraçando também o fortalecimento da memória, essa base sobre a qual tudo se constitui, os vínculos sociais, a autoestima coletiva e a capacidade de mobilização política das comunidades afetadas.

Assim, neste contexto, a memória revela-se simultaneamente como antídoto contra a naturalização da catástrofe – que a torna banal e inevitável – e como catalisadora de transformações sociais mais profundas.

EVENTO EM ESTRELA/RS



Figura 1. Rodrigo Angeli/Divulgação. Reprodução de Grupo Independente ¹³.

Um evento memorial aconteceu em Estrela, no Rio Grande do Sul, meio ano depois da enchente mais devastadora da história moderna da região, que ocorreu em setembro de 2023¹⁴. A cerimônia teve propósito simbólico e coletivo, destinada a manter viva a memória da comunidade e permitir a manifestação pública do pesar, da união e da esperança.

Assim, neste contexto, a memória revela-se simultaneamente como antídoto contra a naturalização da catástrofe – que a torna banal e inevitável – e como catalisadora de transformações sociais mais profundas.

A solenidade foi realizada diante da Escola Municipal de Ensino Fundamental Leo Joas, localizada no Bairro das Indústrias — área selecionada por ter sido severamente atingida pelas águas e por seu significado: o teto da instituição de ensino funcionou como abrigo para habitantes que esperavam pelo socorro. A Rua Frederico Markus, onde se desenvolveu a cerimônia, possui relevância tanto funcional quanto representativa, já que foi edificada para funcionar como via de fuga durante inundações passadas, ligando os moradores dos bairros Moinhos e Marmitt a locais mais protegidos.

As homenagens contaram com apresentações de crianças, incluindo a música "Espalhe Amor" cantada por estudantes da Escola Municipal de Educação Infantil Estrelinha, além de um ato simbólico denominado "Chama da Vida", onde representantes do poder público queimaram fragmentos de reportagens sobre a catástrofe para simbolizar a superação do sofrimento. A cerimônia foi finalizada com a liberação de duas pombas brancas, representando a busca pela tranquilidade e pela reconstrução.

LIVRO MARCAS NA PAISAGEM

Após o período de devastação causado pelas enchentes que atingiram o Vale do Taquari entre setembro de 2023 e maio de 2024, surgiu uma iniciativa voltada para desenvolver uma compreensão compartilhada sobre os eventos climáticos extremos e suas consequências na área. Em maio de 2025, marcando o primeiro aniversário da tragédia de 2024, foi publicado o livro eletrônico "Marcas na paisagem: memórias para construir a resiliência no Vale do Taquari". Esta publicação gratuita e de livre acesso¹⁵ apresenta aproximadamente 230 páginas

participação do engenheiro ambiental Cleberton Bianchini, da fotógrafa Monique Bruxel, do jornalista Lucas George Wendt e do biólogo Mathias Hofstätter. Essa equipe compilou depoimentos, documentação visual e análises científicas para criar um registro dos eventos extremos enfrentados pelos habitantes do Vale do Taquari e suas repercussões ambientais, sociais e culturais. O projeto gráfico ficou a cargo do designer Marlon Cristófoli, da Editora da Univates.

Utilizando fotografias disponibilizadas por diversos profissionais e pessoas comuns, capturadas antes, durante e depois das inundações, a publicação transcende a simples documentação da devastação, registrando também os atos de solidariedade, os esforços de reconstrução e a determinação das comunidades que enfrentaram e continuam enfrentando os desafios.



Figura 2. Fonte: Univates/Divulgação¹⁶

PROJETO BROCANTE - IMAGENS DAS ENCHENTES NAS ESCOLAS

Aproximadamente 330 mil alunos da estadual foram prejudicados, enquanto mais de mil escolas estaduais sofreram impactos ou funcionaram como centros de acolhimento durante o período mais severo da catástrofe¹⁷. Em resposta a essa situação, pesquisadores e voluntários da Univates, junto com instituições

colaboradoras, lançaram uma iniciativa especial vinculada ao projeto Brocantes. Esta ação convocou a população gaúcha para compartilhar fotografias de estabelecimentos de ensino danificados pelas inundações através de um formulário online específico, sendo aberta a participação de qualquer cidadão.

As imagens coletadas integrarão um acervo fotográfico dedicado às enchentes em escolas gaúchas, constituindo um arquivo memorial que se soma ao Projeto Brocantes - Palavras e coisas da escola. Esta pesquisa é conduzida pelo Grupo de Pesquisa Currículo, Espaço, Movimento (CEM), vinculado ao CNPq e à Univates.

O projeto Brocantes, em sua concepção original, tem como objetivo desenvolver um acervo público de documentação escolar produzida desde o século XX em diversos contextos temporais e geográficos. A iniciativa possui alcance global, convidando pessoas de qualquer parte do mundo a contribuírem com materiais educacionais.

O projeto conta com a participação de pesquisadores de várias universidades gaúchas: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade de Caxias do Sul (UCS) e Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).



Figura 2. Jeferson Pereira/Divulgação¹⁸

EXPOSIÇÃO O VALE NO CAOS (2025)



Figura 3. Carolina Leipnitz, 2024.

A exposição fotográfica "Vale no Caos", da fotógrafa e artista visual Carolina Leipnitz, esteve em cartaz entre 14 e 30 de março no saguão do Prédio 11 da Univates. A mostra apresentou um registro fotográfico das inundações que atingiram o Vale do Taquari em setembro de 2023 e maio de 2024. Através de seu olhar artístico, Carolina documentou a destruição provocada pelas enchentes e os momentos de união, resistência e reconstrução vividos pela comunidade após as tragédias.

A inauguração coincidindo com a exibição do documentário "Submersos – um olhar sobre as vítimas das enchentes em Lajeado/RS" no auditório do mesmo prédio, com acesso livre para toda a população. Posteriormente, em abril, a exposição foi reapresentada durante o 9º Simpósio Internacional Diálogos na Contemporaneidade.

SUBMERSOS (2025)



Figura 4. Marcelo Sá, 2025.

O documentário "Submersos – Um olhar sobre as vítimas das enchentes em Lajeado/RS"¹⁸ foi exibido pela primeira vez em 14 de março de 2025. A obra cinematográfica apresenta uma visão da catástrofe vivenciada pelas famílias atingidas pelas inundações ocorridas entre 2023 e 2024. O filme documental concentra-se no relato da família Gerevini, moradora da Avenida Beira Rio, em Lajeado, cuja existência foi drasticamente transformada pela devastação causada pelas águas.

Sob a direção de Marcelo Sá e financiado através da Lei Paulo Gustavo, o projeto envolveu talentos da região e garantiu inclusão através de interpretação em Libras, audiodescrição e legendagem. Desenvolvido pela administração municipal de Lajeado, através da Secretaria da Cultura, o documentário apresentou testemunhos autênticos e tocantes, comovendo os espectadores e promovendo discussões acerca da prevenção, restauração e implementação de políticas públicas eficientes para enfrentar catástrofes ambientais.

TAQUARI FAGUEIRO (2025)



Figura 5. Antônio Ciceri Herold (2025).

O documentário "Submersos – Um olhar sobre as vítimas das enchentes em Lajeado/RS"¹⁹ foi exibido pela primeira vez em 14 de março de 2025. A obra cinematográfica apresenta uma visão da catástrofe vivenciada pelas famílias atingidas pelas inundações ocorridas entre 2023 e 2024. O filme documental concentra-se no relato da família Gerevini, moradora da Avenida Beira Rio, em Lajeado, cuja existência foi drasticamente transformada pela devastação causada pelas águas.

Sob a direção de Marcelo Sá e financiado através da Lei Paulo Gustavo, o projeto envolveu talentos da região e garantiu inclusão através de interpretação em Libras, audiodescrição e legendagem. Desenvolvido pela administração municipal de Lajeado, através da Secretaria da Cultura, o documentário apresentou testemunhos autênticos e tocantes, comovendo os espectadores e promovendo discussões acerca da prevenção, restauração e implementação de políticas públicas eficientes para enfrentar catástrofes ambientais.

DOC 91 (2024)

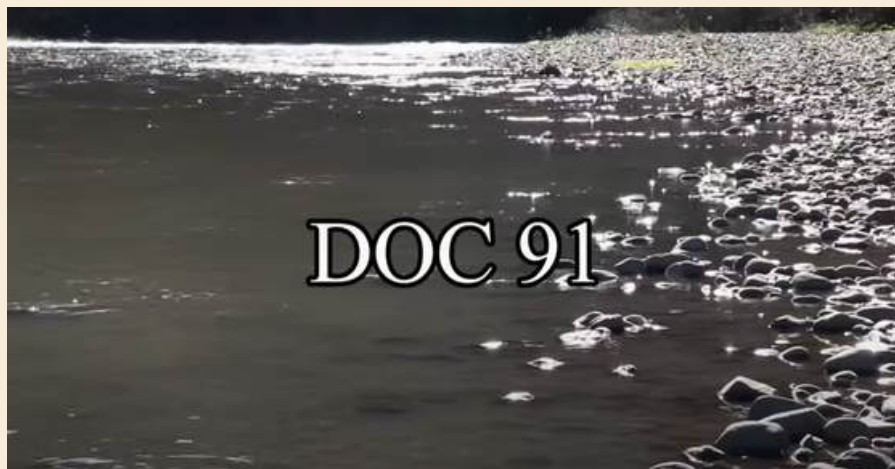


Figura 6. Doc 91 (2025).

Estudantes da 9ª série da Escola Estadual de Ensino Fundamental Fernandes Vieira, de Lajeado, criaram um documentário para preservar a memória de sua instituição quase centenária, severamente impactada pelas inundações de setembro de 2023 e maio de 2024. O projeto "Doc 91"²¹ nasceu do desejo dos alunos de compartilhar suas experiências pessoais e as da comunidade escolar após as perdas.

A turma, que começou o ano com aproximadamente 20 estudantes, foi reduzida a apenas oito membros. Estes jovens canalizaram sua nostalgia e conexão emocional com a escola destruída em uma produção audiovisual de 41 minutos, lançada em 16 de dezembro no espaço Labilá, em Lajeado. A iniciativa surgiu durante as aulas de artes, onde o tema "saúde" já estava sendo explorado por se tratar do último ano dos estudantes na instituição. O professor Alexandre Magalhães e Silva, coordenador do projeto, explicou que os eventos trágicos intensificaram esse sentimento, motivando a criação do filme.

Após maio, com a escola interditada, os alunos foram realocados para outras três instituições da cidade. A EEEF Fernandes Vieira foi fragmentada: os estudantes do fundamental II foram para a EEEF Moisés Cândido Veloso, as séries iniciais para a Escola Irmã Branca e a EJA para a EEEM Érico Veríssimo.

Do total inicial de mais de 300 matriculados, permaneceram cerca de 180 estudantes.

O documentário retrata de forma tocante os depoimentos dos jovens, suas residências afetadas e a realidade da comunidade do "Cantão do Sapo", região onde a escola funcionava há 97 anos. A produção inclui imagens das enchentes cedidas pela prefeitura e veículos de comunicação, além de entrevistas com especialistas - a engenheira ambiental Sofia Moraes e o engenheiro florestal Masato Kobiyama - que contextualizam o fenômeno climático no Vale do Taquari.

A Univates apoiou tecnicamente o projeto através do professor Flávio Roberto Meurer. O filme está disponível no canal da escola no YouTube e foi produzido pelos estudantes Andriws Gomes Ataíde, Dafne Moraes de Andrade, Evelyn Grazielle Moura, Kauã Dresch, Lucas Alan Vieira Moesch, Milena Dresch, Saulo Santos Nascimento e Thiago Kauã de Borba Ames.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos relatos apresentados neste texto, entendemos todas as formas de elaboração de memória como importantes. No entanto, a mobilização da memória não pode depender exclusivamente da ação voluntária ou da intuição comunitária. A repetição das catástrofes escancara a ausência de uma política pública de memória, organizada e efetiva, que reconheça o valor estratégico da recordação para a reconstrução social e ambiental.

Compreende-se que também não basta que cada município ou grupo afetado registre os eventos por conta própria; é necessário que existam instrumentos institucionais permanentes para a coleta, preservação e difusão dessas memórias, ou mesmo a materialização simbólica delas por meio de, por exemplo, antimonumentos²². Uma política de memória pode envolver a criação de acervos digitais e memoriais comunitários e mesmo a incorporação do

tema nas políticas culturais, educacionais e urbanísticas. O trauma coletivo, se não adequadamente elaborado, corre o risco de se tornar invisível, perpetuando a negligência, a desinformação e a vulnerabilidade de populações inteiras.

Uma política pública de memória para o Vale do Taquari — e para todas as regiões do Brasil sujeitas a desastres recorrentes — deve considerar: (a) identificação e documentação dos bens perdidos (arquitetônicos, documentais, simbólicos); (b) a valorização dos saberes locais e das narrativas comunitárias como patrimônio imaterial; (c) o fomento a museus comunitários, arquivos locais e centros de documentação capazes de operar como guardiões e curadores dessa memória; (d) o financiamento de pesquisas e produções culturais que revisitem os eventos traumáticos sob múltiplas linguagens; (e) a integração entre políticas de memória, defesa civil e planejamento urbano, em uma abordagem que articule prevenção, educação e reparação; e (f) a criação de marcos físicos que deem materialidade à memória dos eventos. Cumpre destacar que regiões do Brasil que convivem com eventos climáticos ou uma geografia que favorecem a ocorrência de cheias já têm avançado na proposição de políticas públicas sobre a memória desses eventos^{23 24 25}.

Essa política de memória deve ser, ao mesmo tempo, reparadora e propositiva: precisa oferecer espaços de escuta e reconhecimento às populações afetadas, enquanto estrutura as bases para uma nova pedagogia do risco, que ensine a futuras gerações o valor de viver em harmonia com os ciclos do rio, sem ignorar os sinais da crise climática e os impactos da ação humana sobre o território.

Neste nexos, a memória, portanto, não deve ser encarada como uma frivolidade nostálgica, mesmo que incida sobre temas difíceis e dolorosos. Ela é matéria-prima para a reconstrução digna e coletiva das comunidades. Ao reconhecê-la como tal, museus, escolas, universidades, coletivos culturais e o poder público devem se tornar aliados estratégicos na tessitura de uma narrativa comum que, sem apagar a dor, transforma o difícil em lição e a ruína em força mobilizadora.

Embora este texto tenha privilegiado as práticas espontâneas de memória surgidas das vivências comunitárias diante das enchentes e deslizamentos de terra, é importante reconhecer que a relação entre essas iniciativas e o campo museológico ainda carece de uma abordagem mais aprofundada, algo que não foi possível ao longo da discussão aqui proposta. No entanto, essa lacuna não é um fim, mas um convite: fica como sugestão e chamado à ação para que as instituições museológicas repensem seu papel diante de desastres e catástrofes, ampliando sua escuta, revisitando seus métodos e acolhendo formas plurais de narrar o vivido, promovendo novas conexões com o que emerge da própria comunidade. Trata-se de um desafio ético e político — o de reconhecer que, em tempos de emergência, preservar não é somente proteger objetos mas, sim, comprometer-se com a memória em movimento, com a dor partilhada e com as possibilidades de reconstrução simbólica que emergem das ruínas.

Em tempos de recorrência do desastre, lembrar — de forma organizada, institucionalizada e participativa — torna-se um imperativo ético e político. É apenas por meio da memória que será possível fazer frente à repetição do trauma e construir futuros mais justos, resilientes e comprometidos com a dignidade de quem habita as margens, para que a memória do que vivido, sentido, sofrido não fique às margens da história.

NOTAS FINAIS:

1. O autor é mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCIN da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2024). Mestrando em Museologia e Patrimônio pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPGMusPa da UFRGS. Especialista em Comunicação Institucional pela Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - Fadergs (2021). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de Caxias do Sul - UCS (2021). Bacharel em Jornalismo pela Universidade do Vale do Taquari - Univates (2017). Acadêmico de Arquivologia no Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi).
- Fonte: MORAES, Sofia Royer; COLLISCHONN, Walter; BUFFON, Franco Turco; ECKHARDT, Rafael Rodrigo. Revisão e consolidação da série histórica dos níveis das cheias do rio Taquari em Lajeado de 1939 a 2023. Porto Alegre, 2024. Nota técnica. Disponível em: www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=001199403&loc=2024&l=7818d897802ef3c6.

- SILVEIRA, André Luiz Lopes da et al. A histórica cheia de 1941 na bacia hidrográfica do Guaíba. Encontro Nacional de Desastres (3.: 2023: Niterói, RJ). Eventos extremos e sociedade sob a perspectiva das mudanças climáticas [recurso eletrônico]. Porto Alegre: ABRHidro, 2023., 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/265517?locale-attribute=en>.
- KREUTZ, Marcos Rogério; MACHADO, Neli Galarce; HOPPE, Willian Henrique. História ambiental do Rio Taquari, Rio Grande do Sul. Paisagem e Ambiente, v. 34, n. 51, 2023. Disponível em: <https://revistas.usp.br/paam/article/view/201746>
- A famosa enchente de 1941 - Grupo A Hora, 2023.
- E quando a enchente de 1941 se repetir? - Grupo A Hora, 2020.
- Entenda por que a enchente de 1941 não foi tão grande como se acreditava em Lajeado e Estrela, segundo um novo estudo - Grupo Independente, 2024.
- Veja mais aqui: https://www.instagram.com/reel/C6_t5V8LfUi/?utm_source=ig_embed&ig_rid=833dcba9-6b43-43ea-83a0-7355c1247d36
- Os níveis referem-se a aferições medidas entre Lajeado e Estrela.
- Brazil floods: Hundreds of Rio Grande do Sul towns under water - BBC, 2024.
- Drone footage reveals 'catastrophic' flooding in Brazil - CNN, 2024.
- Deadly Floods in Brazil Were Worsened by Climate Change, Study Finds - The New York Times, 2024.
- Passagem dos seis meses da enchente de setembro é marcada por homenagens em Estrela - Grupo Independente, 2024.
- A informação refere-se ao que se tinha como sendo o ranking dos eventos no começo de 2024, por volta do mês de março, ou seja, antes de maio de 2024
- Disponível aqui: <https://www.univates.br/editora-univates/publicacao/445>.
- Livro com mais de 600 imagens documenta as inundações de 2023 e 2024 na Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas - Univates, 2025.
- Chega a 1.044 o número de escolas estaduais afetadas pela enchente; mais 210 locais devem retomar aulas nos próximos dias - GZH, 2024.
- Projeto busca imagens de escolas afetadas pelos eventos climáticos no Estado - Univates, 2024.
- O material na íntegra pode ser conferido aqui: https://www.youtube.com/watch?v=TYQCXRfUWJA&ab_channel=MarceloS%C3%A1
- O material na íntegra pode ser conferido aqui. https://www.youtube.com/watch?v=WFNCIaU0fq4&ab_channel=ciceriherold

- ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de. Memórias da enchente de 1974 e produção do espaço em Tubarão (SC). *Mercator* (Fortaleza), v. 17, p. e17001, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/6HcL94FdVbsFGvYTSP9wmkp/>.
- LOPES, Alfredo Ricardo Silva. Memórias Coletivas, Traumas Individuais: as memórias dos desastres socioambientais no sul de Santa Catarina (1974-2004). *História: Questões & Debates*, v. 69, n. 1, p. 302-320, 2021. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/a803/025a3b8d73a3b1faf43b0dfc00c90b95b2bd.pdf>.
- MATEUS, Elias Theodoro. Espectros da catástrofe entre o trauma e a solidariedade: representações iconográficas da Enchente de 1974 em Tubarão (SC). *Revista Trilhas da História*, v. 4, n. 7, p. 111-136, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/514>.

MEMÓRIAS QUE FICAM: AS EXPERIÊNCIAS DO SÉPIA UFRGS NO SALVAMENTO E RECUPERAÇÃO DE ACERVOS EM PORTO ALEGRE, RS

Vanessa Barrozo Teixeira Aquino¹
Vivienne Stephanou²
Stheve Balbinotti³
Débora Castilhos Pereira⁴

SÉPIA UFRGS EM AÇÃO: O PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE

“Não há memória sem aprendizado, nem há aprendizado sem experiências”(Izquierdo, 1989, p. 89).

O Grupo SÉPIA - Preservação, Memórias e Acervos vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), atua desde 2018 desenvolvendo ações de ensino, pesquisa e extensão em parceria com diferentes instituições culturais da cidade de Porto Alegre/RS (Stephanou; Aquino, 2023; Tróia, 2024). O Sépia é liderado pelas professoras Maria Stephanou do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UFRGS) e Vanessa Barrozo Teixeira Aquino do Curso de Museologia, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMusPa/UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV/UFRGS), e conta com um coletivo de estudantes de graduação, pós-graduação e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, a saber: Arquivologia, Biblioteconomia, História, Museologia e Educação (Figura 1). Desde seus primeiros projetos tem se dedicado ao fortalecimento de ações de salvaguarda, pesquisa e comunicação de coleções de diferentes tipologias, com vistas à preservação desses variados acervos locais.



Figura 1. Integrantes do Sépia participando das ações de salvamento e recuperação de acervos na sede da Sociedade Polônia de Porto Alegre (2024). Fonte: Acervo do Sépia UFRGS.

A partir da trágica situação das enchentes que assolaram o RS e Porto Alegre ao longo do mês de maio de 2024, o grupo se articulou com três instituições que já integravam projetos do Sépia e que foram fortemente atingidas pelas águas que invadiram a cidade: Sociedade Polônia de Porto Alegre⁵, Sociedade Beneficente Cultural Bambas da Orgia⁶ e Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (MARGS)⁷. Por meio do Projeto de Extensão "Salvaguada e preservação de patrimônios documentais: cooperação Sépia e instituições culturais"⁸ coordenado pela Profa. Vanessa Aquino, foi possível adquirir materiais que estavam em falta no comércio local, como papel toalha, luvas e máscaras descartáveis e pastas de polionda, assim como dispor da contratação de três bolsistas de graduação para atuarem nas situações emergenciais via edital da Pró-Reitoria de Extensão (PROREXT) da UFRGS. Além disso, o grupo realizou reuniões, estudos e capacitações em formato remoto sistematizando informações técnico-científicas para iniciarmos as atividades assim que as águas baixassem e fosse seguro acessar as instituições.

Nesse sentido, iniciamos os trabalhos em meados de junho de 2024 nas três

instituições, auxiliando as equipes no salvamento dos acervos com destaque para os acervos em suporte de papel que ficaram submersos por semanas. Uma das principais orientações do Sépia foi atentar-se à biossegurança dos nossos bolsistas e pesquisadores envolvidos com uso e revisão constante dos equipamentos de proteção individual (luvas, máscaras e jalecos) (Figura 2), bem como contribuir com a dinâmica de trabalho já estabelecida pelas equipes de profissionais, respeitando as especificidades e as diferentes realidades institucionais, buscando estabelecer relações de respeito e parceria.



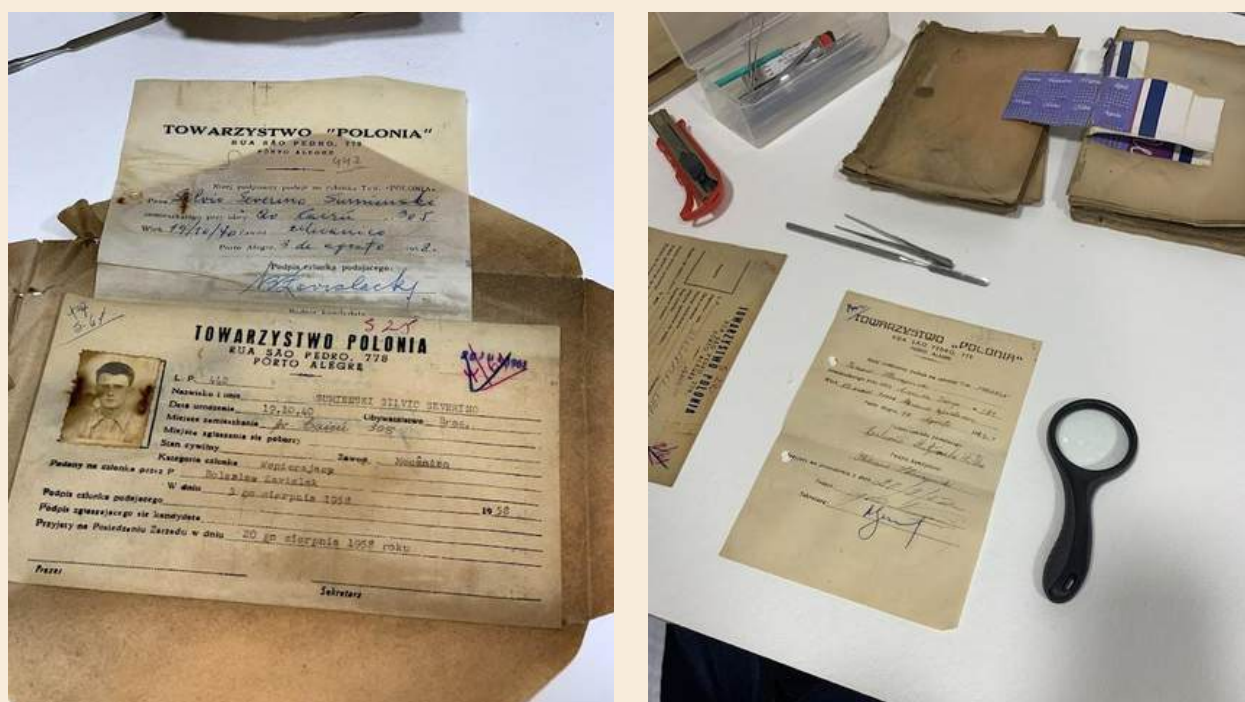
Figura 2. Integrantes do Sépia em atividades no MARGS (2024). Fonte: Acervo do Sépia UFRGS.

Cabe destacar que as instituições culturais que contaram com o apoio emergencial do grupo são de diferentes naturezas administrativas e estruturas organizacionais, e a presença do Sépia pôde contribuir em diferentes perspectivas, tais como: ações específicas concebidas, organizadas e orientadas pela equipe técnica, como no caso do MARGS; ações planejadas, orientadas e desenvolvidas pelo Sépia com acompanhamento do grupo e de profissionais da instituição, como na Sociedade Polônia; e ações planejadas, orientadas e desenvolvidas pelo Sépia com acompanhamento da equipe diretiva em situações pontuais, como no caso da SBC Bambas da Orgia.

Outra informação relevante é que todas as ações de salvamento foram realizadas in loco, ou seja, nas respectivas sedes das instituições atingidas, proporcionando uma experiência singular na formação acadêmica e profissional de todos os envolvidos, como veremos a seguir.

Ações de salvamento e recuperação de acervos em instituições culturais de Porto Alegre/RS

A Sociedade Polônia de Porto Alegre é uma instituição centenária localizada no Bairro São Geraldo, região do quarto distrito da cidade, voltada à preservação da história da imigração e da cultura polonesa no Brasil, dispondo de coleções de caráter arquivístico, bibliográfico e museológico (Aquino; Jeziorski; Menezes, 2022). Alguns dos tipos de documentos encontrados que fizeram parte das ações de salvamento por parte do Sépia foram: livros, fotografias 3X4, recibos, propostas de sócios e fichas de sócios, com datas entre 1930 e 2024 (Figuras 3 e 4).



Figuras 3 e 4. Fichas de sócios da década de 1950 em processo de organização para a secagem (2024).
Fonte: Acervo do Sépia UFRGS.

É significativo mencionar que o primeiro contato entre o Grupo Sépia e a Sociedade Polônia começou em 2018, quando se iniciou uma parceria por meio de um Acordo de Cooperação Científico-Cultural, resultando em programas e projetos de extensão, pesquisa e ensino (Stephanou; Severo, 2020). Sendo assim, logo que a Sociedade Polônia foi liberada para a entrada de seus funcionários após a enchente, o Grupo Sépia prestou apoio em medidas de resgate, salvamento e recuperação dos documentos atingidos.

Como primeiro aporte foram compartilhados materiais especializados em salvamento e resgate de acervos e coleções em casos emergenciais à profissional responsável pelo acervo da Sociedade Polônia, a qual possui graduação em Biblioteconomia. Em seguida e conforme recomendações do Sépia, foram congelados dentro dos preceitos indicados pelo Guia de Recuperação de acervos danificados pela água (2024), elaborado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o máximo possível de documentos, ação que a Cartilha sobre “Gestão e Riscos ao patrimônio musealizado” (2023) produzida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) considera como etapa importante para o controle de riscos, a qual integra os seguintes estágios: identificar, detectar, bloquear, responder e recuperar. Nesse sentido, uma das primeiras orientações de resposta à situação de emergência foi retirar, com todo cuidado, todos os documentos atingidos do local contaminado e organizar uma outra sala ventilada para iniciarmos o processo de salvamento propriamente dito (Figura 5).

A partir dessas orientações, os membros do Sépia começaram a agir diretamente no local e contaram com a ajuda de uma funcionária com bastante conhecimento sobre a documentação que havia sido atingida e que se encontrava em sua sala localizada no térreo do prédio. Através do projeto de extensão foram doados para a instituição pacotes de luvas descartáveis, máscaras, pacotes de papel toalha (muito utilizados para a secagem dos documentos) e pastas polionda para acondicionamento após a secagem.



Figura 5. Sépia organizando e posicionando a documentação para a secagem em novo espaço (2024). Fonte: Acervo do Sépia UFRGS.

A documentação congelada foi sendo descongelada via ventilação natural, e os documentos foram sendo separados um a um com instrumentos específicos para tratamento técnico de acervos (bisturis, espátulas e pinças) buscando garantir a integridade física do papel, e acomodados em folhas de papel toalha para secagem natural, as quais eram diariamente trocadas para garantir a secagem completa, seguindo as orientações de Auada et al. (2024). O processo de salvamento dos livros era o mesmo, acrescidos do interfolhamento com papel toalha para facilitar o processo de secagem página por página (Figura 6).

Cabe salientar que os documentos que apresentavam presença intensa de fungos foram isolados para futuros projetos de conservação e restauração sob a responsabilidade da instituição, já que tratavam-se de ações que extrapolavam o domínio técnico-científico da equipe do Sépia naquele momento, cujo foco era o salvamento.



Figura 6. Processo de interfolhamento realizado junto ao acervo da Sociedade Polônia (2024).
Fonte: Acervo do Sépia UFRGS.

Após algumas semanas de trabalho recebemos via doação da Rede SOS Acervos, por meio do Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), um conjunto significativo de placas de celulose, material que contribuiu muito no processo de secagem dos documentos (Figura 7). A cada ida da equipe ao local os documentos eram verificados e caso necessário mudados de posição e os livros interfolhados inúmeras vezes (Aquino; Martins; Balbinotti, 2024). Como resultado das ações do Sépia, foram salvos mais de 5400 documentos na Sociedade Polônia.



Figura 7. Documentos em processo de secagem em placas de celulose (2024). Fonte:
Acervo do Sépia UFRGS.

O Sépia também esteve atuando de forma voluntária junto ao Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (MARGS), outra importante instituição cultural do nosso estado e que naquele ano estava completando 70 anos de existência, tendo sido criado com o objetivo de “contribuir com a produção e disseminação da arte local e nacional, vislumbrando inserir a cidade de Porto Alegre no eixo dos museus de relevância nacional” (Vargas; Aquino, 2025, p. 87).

A parceria com o Museu vinha consolidando-se por meio de projetos de pesquisa coordenados pela Profa. Vanessa Aquino desde 2022⁹ e por pesquisas realizadas por integrantes do Sépia em nível de monografia na graduação em Museologia e dissertação junto ao PPGMusPa/UFRGS. Infelizmente, a localização do Museu e sua proximidade com o Guaíba contribuíram para os prejuízos ocasionados pelos episódios climáticos de maio de 2024, tendo o seu prédio invadido pelas  guas. A atuação do Sépia junto ao MARGS esteve pautada na sistematização de trabalho organizada pela equipe técnica da instituição, a qual contou com auxílio de outros grupos de voluntários nas atividades de salvamento e recuperação. Nosso grupo esteve   disposição para atuar nas frentes de atuação que exigiam conhecimento especializado e que contribuíssem com as dinâmicas da equipe.

Nessa perspectiva, o Sépia participou em três atividades específicas sempre com a presença dos profissionais da instituição orientando e revisando os processos, a saber: apoio operacional na desmontagem da exposição “MARGS 70 - Percursos de um acervo” realocando as obras para o segundo andar do museu onde hoje encontram-se as novas reservas técnicas visíveis do MARGS; realização do acondicionamento do acervo tridimensional; e apoio técnico junto ao acervo documental, sobretudo nos procedimentos de separação dos documentos dos seus invólucros contaminados e organização da secagem com auxílio das placas de celulose e papel mata borrão (Figuras 8 e 9). Vale ressaltar que a instituição forneceu aos parceiros equipamentos de proteção individual tais como luvas e máscaras descartáveis, maca  o de segurança de Tyvek e instrumental adequado para tratamento técnico do acervo.



Figuras 8 e 9. Sépia em atividades junto ao acervo documental do MARGS (2024).
Fonte: Acervo do Sépia UFRGS.

Nossa parceria com o MARGS, além de fortalecer os laços interinstitucionais, nos proporcionou dialogar com profissionais de diferentes áreas do conhecimento com amplas trajetórias na preservação de acervos e que rapidamente articularam soluções e respostas às circunstâncias emergenciais de salvamento de seus bens culturais. O contato com equipes especializadas, que já desenvolviam ações específicas de salvaguarda, evidenciou a importância desse compromisso que as instituições precisam assumir frente às demandas específicas de seus acervos e coleções, ainda mais em um contexto de crise climática.

As atividades do Sépia também estiveram vinculadas à SBC Bambas da Orgia desde junho de 2024 e nos apresentaram novos desafios frente ao salvamento dos acervos. Bambas da Orgia é a agremiação carnavalesca mais antiga de Porto Alegre, criada em 1940 e uma das mais tradicionais do RS. A quadra da Escola fica localizada nas proximidades da região central de Porto Alegre e do Guaíba, sendo severamente danificada pelas enchentes.

A quadra foi reaberta quase um mês depois de ficar submersa, com móveis e eletrodomésticos, instrumentos musicais, troféus e documentos administrativos importantes sobre a história dos Bambas, tudo coberto por água ou lama (Figura 10).

Ao Sépia coube organizar e implementar as ações de salvamento do acervo documental histórico, todo em suporte de papel, que estava na sala da secretaria administrativa da Escola, localizada no térreo do prédio.



Figura 10: Quadra de SBC Bambas da Orgia em processo de recuperação (2024). Fonte: Acervo do Sépia UFRGS.

É válido destacar que a trajetória de Bambas da Orgia já foi tema de uma exposição curricular produzida pelos estudantes do Curso de Museologia/UFRGS, sob supervisão da professora Vanessa Aquino, em 2023, o que facilitou o contato por parte da presidenta e da vice-presidenta da Escola, Fátima Sampaio e Maria José Andrade, respectivamente. O contato inicial e a visita à quadra foram importantes para o diagnóstico, planejamento, cronograma e divisão das tarefas que seriam desenvolvidas pelo Sépia nos meses seguintes. Semelhante à metodologia implementada com a Sociedade Polônia de Porto Alegre, os documentos foram transferidos da sala contaminada para o mezanino da quadra, protegendo o acervo em lugar mais alto e facilitando o trabalho da equipe que tinha um espaço amplo e ventilado para realizar as atividades (Figura 11).



Figura 11: Documentos em processo de secagem no mezanino da quadra da SBC Bambas da Orgia (2024). Fonte: Acervo do Sépia UFRGS.

As ações foram realizadas com base em Ogden (2001), para trabalhos emergenciais causados por água e em Teixeira e Ghizoni (2012), sobre conservação preventiva de acervos. Os documentos identificados durante o salvamento foram: fichas de sócios, a partir da década de 1990, registros de atas de reuniões, documentos da Diretoria, fotos 3X4 e alguns quadros.

Cabe mencionar que a coleção de troféus da Escola também foram danificados e tratados pelo Sépia em parceria com a conservadora-restauradora, Isis Fófano, que orientou a equipe sobre os procedimentos básicos de limpeza com uso de água corrente, sabão neutro e esponja macia.

A etapa de secagem iniciou com a retirada dos documentos, um a um, dos respectivos sacos plásticos que estavam totalmente encharcados, muitos com água represada em seu interior. Essa ação de abertura dos sacos e retirada dos documentos foi muito delicada, exigindo da equipe muita concentração e análise sobre as melhores estratégias que permitissem o salvamento dos documentos.

Logo, o uso do instrumental adequado para tratamento técnico de acervos foi fundamental, agregado ao uso de tesouras e estiletes para abertura dos sacos plásticos que foram descartados após a retirada dos documentos. Os documentos retirados dos plásticos eram colocados em mesas plásticas, fornecidas pela SBC Bambas da Orgia, que primeiramente foram cobertas com papel toalha para absorver a umidade, e na sequência foram substituídas pelas placas de papel celulose, doação da UFPel (Figuras 12 e 13). Depois de secos, nossa equipe removeu os elementos externos que aceleram os processos de deterioração do papel, tais como, cliques e grampos metálicos, e organizou os documentos secos em pastas de polionda.



Figuras 12 e 13: Sépia atuando no salvamento do acervo documental da SBC Bambas da Orgia (2024). Fonte: Acervo do Sépia UFRGS.

No final do mês de julho de 2024, como resultado das ações de salvamento do patrimônio documental da SBC Bambas da Orgia realizadas pelo Sépia, foi apresentada à diretoria da Escola a quantidade estimada de 1500 documentos em suporte de papel, devidamente acondicionados em caixas de material inerte quimicamente. Finalizado o processo de secagem, a etapa que o sucede compreende a recuperação do acervo salvo. Nesse sentido, em fevereiro de 2025, a presidente da agremiação, Fátima Sampaio, e o Diretor de Carnaval Carlos Alberto “Fau”, oficializaram o empréstimo do acervo documental transferindo-o temporariamente da quadra de ensaios ao Laboratório de Cultura Material e Conservação (CMC) localizado

na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO/UFRGS) para realização das ações específicas de conservação preventiva, organização e migração de suporte com vistas à preservação física e digital do acervo (Figura 14).



Figura 14: Empréstimo do acervo documental salvo pelo Sépia UFRGS para tratamento técnico na FABICO/UFRGS (2025). Fonte: Acervo do Sépia UFRGS.

Atualmente, o Sépia segue desenvolvendo atividades específicas de organização do acervo documental por meio de planilhas digitais que servirão como ferramenta para a recuperação das informações, além da higienização dos documentos utilizando equipamentos apropriados e seguindo as diretrizes de biossegurança, incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

É significativo frisar que já foram registrados 456 documentos nas planilhas e que após esse movimento cada documento é higienizado com uso de pincéis macios em mesas de higienização apropriadas e são guardados em pastas de polionda (Figuras 15 e 16) até a próxima etapa que será realizada no Centro de Documentação de Acervo Digital da Pesquisa - CEDAP/UFRGS, a qual inclui o trabalho de migração de suporte por meio do uso de equipamentos especializados.



Figuras 15 e 16: Tratamento técnico do acervo documental da SBC Bambas da Orgia (2025).
Fonte: Acervo do Sépia UFRGS.

REFLEXÕES FINAIS: O QUE ESSAS EXPERIÊNCIAS NOS ENSINARAM

As experiências relatadas pelo grupo Sépia UFRGS durante a situação de emergência climática vivida no RS estão diretamente vinculadas ao papel social da universidade pública, gratuita e de qualidade, e que necessitam ser publicizadas como forma de publicização da ciência, mas também como um registro histórico de ações e atitudes no âmbito da gestão de riscos que precisam ser debatidas e avaliadas. Infelizmente, a crise climática é global e precisamos cada vez mais, como sociedade e como profissionais do campo da enchentes, trouxeram consigo aprendizados que se relacionam diretamente com metodologias, técnicas e procedimentos consolidados no campo da preservação e da conservação preventiva de bens culturais no mundo todo. Entretanto, o contexto enfrentado e as práticas vivenciadas junto às particularidades de cada uma das instituições convergiram para o desenvolvimento premente de estratégias voltadas à Gestão de Riscos baseadas no binômio consultar-comunicar, uma vez que o conhecimento dos riscos permite o planejamento de medidas de prevenção, de controle e de resposta a emergências diversas.

Da mesma maneira, impõe-se a efetivação de planos que prevêm procedimentos sobre como agir em casos de contingência, planejados a partir do levantamento de cenários vulneráveis (climáticos, geográficos ou de outras naturezas), que possam ameaçar a salvaguarda e a preservação de acervos institucionais. Ainda durante o evento climático extremo, reflexões e apontamentos de especialistas concordam que do cenário de crise tornaram-se insuficientes os referenciais que até então vinham sendo aplicados. Simultaneamente à celeridade da motivação das ações que se impunham e à vontade urgente de se atender aos acervos atingidos resultou em produção de ciência: aprendizados colaborativos e compartilhados, alcançados do cotejo entre conhecimentos locais e técnicos - oportunizados a todos, desde o salvamento do patrimônio documental até seu tratamento técnico adequado.

Por outro lado, cumpre destacar o caráter social desempenhado pelas universidades, alicerçadas na tríade funcional Ensino, Pesquisa e Extensão. No Brasil, a Carta Magna promulgada em 1988 formaliza a indissociabilidade inerente a esses três aspectos. Fundamentadas em princípios universais como bem público, aparelho emancipatório, perspectiva dialógica na troca de saberes, interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, as ações desempenhadas pelo grupo Sépia junto às instituições culturais no salvamento e na recuperação de acervos atestam que a Extensão Universitária qualifica uma estreita relação entre o papel da Universidade com a sociedade. Em cumprimento a essa função, de modo rápido e capacitado, a UFRGS forneceu apoio institucional através de recursos rápidos e capacitados, a UFRGS forneceu apoio institucional através de recursos humanos, de recursos materiais e de equipamentos especializados para o tratamento de acervos danificados. A Universidade estende sua atuação para além do seu espaço físico, demonstrando impactos positivos em sua capacidade de resposta às demandas sociais.

Por fim é imperioso refletir e desenvolver uma cultura de prevenção no âmbito das instituições culturais que esteja diretamente alinhada às estratégias de diagnóstico, planejamento e avaliação dos riscos existentes e em potencial. Ressaltamos a significativa experiência vivenciada pelo nosso grupo como algo singular em nossa trajetória, repleta de muitas trocas e aprendizados que extrapolaram os muros da universidade e que nos permitiram dialogar e colaborar com diferentes pessoas engajadas na preservação do patrimônio.

REFERÊNCIAS

AQUINO, V. B. T.; JEZIORSKI, K. P.; MENEZES, C. M. Percursos museológicos: salvaguarda e preservação do acervo da Sociedade Polônia/RS. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 11, n. 21, 2022.

AQUINO, V. B. T.; MARTINS, C. C.; BALBINOTTI, S. Memórias de uma enchente: ações emergenciais para salvar e recuperar acervos documentais em Porto Alegre, RS. In: *Anais do XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB*. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/viewFile/2777/1712> Acesso em: 27 ago. 2025.

AUADA, F. et al. Orientações emergenciais de salvaguarda – Acervos e coleções museológicas – Catástrofe ambiental no Rio Grande do Sul. São Paulo: [s. n.], 2024.

BOJANOSKI, S.; ALMADA, M. Glossário Ilustrado de Conservação e Restauração de Obras em papel: danos e tratamentos. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2021. [E-book.]. p- 293. Disponível em: <https://www.finotracoeditora.com.br/glossario-ilustrado-de-conservacao-e-restauracao-de-obras-em-papel-danos-e-tratamentos> Acesso em: 14 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (Brasil). Respondendo a emergências: orientações gerais para a implantação de forças-tarefas em museus. Brasília, DF: IBRAM, 2023.

IZQUIERDO, I. Memórias. *Estudos Avançados*, São Paulo, Brasil, v. 3, n. 6, p. 89–112, 1989. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/8522>. Acesso em: 8 ago. 2025.

OGDEN, S. Administração de emergências. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001.

STEPHANOU, M.; SEVERO, C. Inusitada materialidade reunida em acervo: inventário documental dos guardados da Sociedade Polônia (séculos XIX ao XXI). *Revista X*, [S. l.], v. 15, n. 6, p. 297–322, 2020. DOI: 10.5380/rvx.v15i6.76829. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/76829>. Acesso em: 24 ago. 2025.

STEPHANOU, M.; AQUINO, V. B. T. Todos os livros guardam segredos: preciosidades de um patrimônio bibliográfico do século XIX na Sociedade Polônia (Porto Alegre, RS). In: Anais da Biblioteca Nacional. v. 143. Rio de Janeiro: FBN, 2023. p. 147-168. Disponível em: https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/producao/publicacoes/colecoes/anais-biblioteca-nacional/anais-da-biblioteca-nacional-vol-143/an143_digital_.pdf Acesso em: 26 ago. 2025.

TEIXEIRA, L. C.; GHIZONI, V. R. Conservação preventiva de acervos. Florianópolis: FCC, 2012.

DE TRÓIA, P. T. Educação e escolas étnicas polonesas na região sul do Brasil: registros presentes no Kalendarz Ludu (1928-1972). Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Pedagogia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. 121. p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/274052>. Acesso em: 16 de ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Resgate Documental: guia de recuperação de acervos danificados pela água. Santa Maria: Departamento de Arquivo Geral, 2024.

VARGAS, A. V. de; AQUINO, V. B. T. A porta áurea das Artes no Rio Grande do Sul: a criação do MARGS e sua dimensão educativa na década de 1970. *Museologia e Patrimônio*, [S. I.], v. 18, n. 1, p. 88-116, 2025. DOI:10.52192/1984-3917.2025v18n1p87-116. Disponível em: <https://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgmuspa/article/view/1024>. Acesso em: 17 ago. 2025.

Notas Finais

1 Museóloga e Professora do Curso de Museologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMusPa) e do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Vice Líder do Sépia - Preservação, Memórias e Acervos (UFRGS/CNPq). Contato: vanessa.barrozo@ufrgs.br

2 Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista de extensão do Sépia - Preservação, Memórias e Acervos (UFRGS/CNPq). Contato: vivienneste@gmail.com

3 Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), integrante do Sépia - Preservação, Memórias e Acervos (UFRGS/CNPq). Contato: stheve@gmail.com

4 Graduanda em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), integrante do Sépia - Preservação, Memórias e Acervos (UFRGS/CNPq). Contato: debora.castilhos18@gmail.com

5 A Sociedade Polônia de Porto Alegre está localizada na Avenida São Pedro, 778 - Bairro São Geraldo, Porto Alegre - RS, 90230-123. Para saber mais, acesse: <https://www.sociedadepolonia.com.br/>

6 A Sociedade Beneficente Cultural SBC Bambas da Orgia está localizada na Rua Voluntários da Pátria, 1387- Bairro Floresta, Porto Alegre - RS, 90230-011. Para saber mais, acesse: <https://www.bambasdaorgia.com.br/>

7 O Museu de Arte do Rio Grande do Sul - Ado Malagoli (MARGS) está localizado na Praça da Alfândega, s/n - Centro Histórico, Porto Alegre - RS, 90010-150. Para saber mais, acesse: <https://www.margs.rs.gov.br>

8 Registramos nossos profundos agradecimentos aos estudantes e voluntários que atuaram junto conosco nas atividades de salvamento dos acervos: Camila Casarotto, Carmen Brunel, Carolina Monteiro, Débora Castilhos Pereira, Eduardo Both, Emanuelle Aguirre, Ísis Fófano, João Paulo Passos Carvalhal Santos e Vivienne Stephanou.

9 O Projeto de Pesquisa "Forma & Conteúdo: reflexões sobre as exposições museológicas" foi criado em 2020 e tem como objetivo principal pesquisar as histórias das exposições, com foco nos estudos de expografia e expologia, curadoria e estudos de avaliações com ênfase nos diferentes públicos. As pesquisas realizadas junto ao MARGS já resultaram em artigos e comunicações orais, com destaque para o TCC de Gabriela Mattia intitulado "O MARGS no Instagram: um estudo de avaliação sobre ações educativas online (2021)", defendido em 2023 no Curso de Museologia/UFRGS e a dissertação de Aline Vargas de Vargas intitulada "Entre públicos: um estudo sobre as ações educativo-culturais extramuros do Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (1975 - 1979)" defendida em 2023 no PPGMusPa/UFRGS.

Galeria de Imagens

Vale do Taquari/RS - Brasil

Por Carolina Leipnitz









